

HOSPITAL GERAL DE FORTALEZA/MEX - CE

Edital 9/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
9/2026	160050-HOSPITAL GERAL DE FORTALEZA/MEX - CE	DAIANE CRISTINA PONTES FLORIANO	06/05/2026 14:40 (v 0.4)
Status	ASSINADO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo		64579.012428/2025-08

1. DO OBJETO

PREGÃO ELETRÔNICO

90006/2026 - NUP 64579.012428/2025-08

CONTRATANTE (UASG)

HOSPITAL GERAL DE FORTALEZA - UASG 160050

OBJETO

[Registro de Preços]

O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa ara Eventual aquisição de Medicamentos e material de consumo de uso médico-hospitalar para o Hospital Geral de Fortaleza e demais Órgãos Participantes, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste edital e seus anexos.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

VALOR SIGILOSO

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia 20/05/2026 às 09h (horário de Brasília)

Critério de Julgamento:

menor preço por item

Modo de disputa:

aberto e fechado

TRATAMENTO FAVORECIDO ME/EPP/EQUIPARADAS

SIM

MARGEM DE PREFERÊNCIA PARA ALGUM ITEM

SIM



MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
HOSPITAL GERAL DE FORTALEZA
(Hospital Militar de Fortaleza / 1942)
HOSPITAL CAPITÃO MÉDICO METON DE ALENCAR

PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 90006/2026
(Processo Administrativo nº 64579.012428/2025-08)

Torna-se público que o **HOSPITAL GERAL DE FORTALEZA**, por meio do Setor de Aquisições, Licitações e Contratos, sediado na Avenida Desembargador Moreira nº 1500, bairro Aldeota, CEP 60.170-001, na cidade de Fortaleza, estado do Ceará, realizará licitação, para **Registro de Preços**, na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para Eventual Aquisição de Medicamentos e Material de consumo de uso Médico-Hospitalar para o Hospital Geral de Fortaleza e demais Órgãos Participantes, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

1.3. Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto descritas no Comprasnet e as especificações constantes deste Edital, prevalecerão as constantes do Edital.

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste certame os interessados previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

3.2. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.6. Com exceção dos itens 11, 16, 18, 19, 27, 55, 65, 66, 68, 90 a 93, 108, 109, 133, 136, 137, 163, 165, 166, 185, 195, 197, 199, 214, 226, 241, 265, 272 a 274, 278, 289, 290, 292, 300, 314, 23, 237, 337, para todos os itens a participação é exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

3.6.1. Providenciada a reserva de cota para ME/EPP em até 25% (vinte e cinco por cento) para os itens não exclusivos 11, 16, 18, 19, 27, 55, 65, 66, 68, 90 a 93, 108, 109, 133, 136, 137, 163, 165, 166, 185, 195, 197, 199, 214, 226, 241, 265, 272 a 274, 278, 289, 290, 292, 300, 314, 23, 237, 337, em atendimento ao art. 48, III, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e art. 8º do Decreto nº 8.538, de 2015.

3.7. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

3.8. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto nº 8.538, de 2015.

3.9. Não poderão disputar esta licitação:

3.9.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.9.2. sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;

3.9.3. empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

3.9.4. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.9.5. . empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.9.6 pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.9.7. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.9.8. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.9.9 pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.9.10 Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.9.11. pessoas jurídicas reunidas em consórcio;

3.9.12. pessoas físicas.

3.10. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.11. O impedimento de que trata o item 3.9.6 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.12. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.9.4 e 3.9.5 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.13. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.14. O disposto nos itens 3.9.4 e 3.9.5 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.15. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

3.16. A vedação de que trata o item 3.10 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4. DO ORÇAMENTO ESTIMADO

4.1. O orçamento estimado da presente contratação será de caráter sigiloso.

4.2. Para fins do disposto no item anterior, o orçamento estimado para a contratação não será tornado público antes de definido o resultado do julgamento das propostas.

4.3. O caráter sigiloso do orçamento estimado para a contratação não prevalecerá para os órgãos de controle interno e externo.

5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

5.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

5.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

5.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

5.3.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

5.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

5.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

5.3.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4. O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema se o produto ou serviço ofertado é manufaturado nacional beneficiado por um dos critérios de margem de preferência indicados no Termo de Referência, quando for o caso, para usufruir do benefício .

5.5. No caso das empresas que foram beneficiadas pela Lei nº 12.546, de 2011, as propostas de preços deverão ser apresentadas com as alíquotas em vigor, nos termos da Lei nº 14.973, de 2024, aplicáveis para o ano de apresentação da proposta.

5.5.1. A pedido da empresa contratada, o preço do contrato poderá ser revisto, nos termos do art. 134 c/c art. 136, I, da Lei nº 14.133, de 2021, após efetiva majoração das alíquotas, conforme regime de transição previsto no art. 9ºA e 9º-B da Lei nº 12.546, de 2011, com a redação dada pela Lei nº 14.973, de 2024.

5.6. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

5.6.1. No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

5.6.2. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

5.7. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:

5.7.1. de cujo capital participe outra pessoa jurídica;

5.7.2. que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

5.7.3. de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.7.4. cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.7.5. cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.7.6. constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;

5.7.7 que participe do capital de outra pessoa jurídica;

5.7.8. que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;

5.7.9. resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;

5.7.10. constituída sob a forma de sociedade por ações.

5.7.11. cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.

5.8. O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema que desenvolve programa de integridade, nos termos do Decreto nº 12.304, de 2024, e da Portaria Normativa SE/CGU nº 226, de 9 de setembro de 2025, para fazer jus ao benefício do critério de desempate previsto no art. 60, caput, inciso IV, da lei n. 14.133, de 2021.

5.9. A falsidade da declaração de que trata os itens 5.3, 5.6 ou 5.8 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

5.10. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.11. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

5.12. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

5.13. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

5.13.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

5.13.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

5.14. O valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

5.14.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

5.15. O valor final mínimo parametrizado na forma do item 5.13 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

5.16. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

5.17. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

6.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.1.1. valor unitário e total do item, conforme o caso;

6.1.2. marca;

6.1.3. fabricante;

6.1.4. Quantidade cotada, devendo respeitar o mínimo de 100%.do item.

6.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

6.2.1. O licitante **NÃO** poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

6.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

6.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

6.5.1. No regime de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS, a cotação adequada será a que corresponde à média das alíquotas efetivamente recolhidas pela empresa, comprovada, a qualquer tempo, por documentos de Escrituração Fiscal Digital da Contribuição (EFD-Contribuições) para o PIS /PASEP e COFINS dos últimos 12 (doze) meses anteriores à apresentação da proposta, ou por outro meio hábil .

6.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

6.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

6.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência/Projeto Básico, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

6.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a **90 (noventa)** dias, a contar da data de sua apresentação.

6.10. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

6.11. Caso o critério de julgamento seja o de menor preço, os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência;

6.12. O descumprimento das regras supramencionadas pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

- 7.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 7.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.
- 7.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 7.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item .
- 7.5.1. As frações de preços devem ser limitadas a duas casas decimais, desprezando-se as demais.
- 7.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 7.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 7.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **0,01 (centavo de real)**;
- 7.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutível.
- 7.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.
- 7.11. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.
- 7.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
- 7.11.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 7.11.3. Caso o item em disputa envolva objeto abrangido por margem de preferência, o percentual referido na disposição anterior será de 20%, nos termos do § 6º do artigo 24 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022, incluído pela Instrução Normativa SEGES/MGI nº 79, de 12 de setembro de 2024.
- 7.11.4. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.
- 7.11.5. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 7.12. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 7.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 7.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.15. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva da licitação, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.18. Ao final da fase de lances, será aplicado o benefício da margem de preferência, nos termos do art. 26 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.18.1. Para produtos ou serviços abrangidos por margem de preferência normal ou adicional, caso a proposta de menor preço não tenha por objeto produto ou serviço contemplado pela referida margem, o sistema automaticamente indicará as propostas de produtos ou serviços que façam jus ao diferencial de preço, pela ordem de classificação, para fins de aceitação pelo Pregoeiro/Agente de Contratação /Comissão.

7.18.2. Nestas situações, a proposta beneficiada pela aplicação da margem de preferência normal ou adicional, conforme o caso, tornar-se-á a proposta classificada em primeiro lugar.

7.19. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos §§1º e 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

7.19.1. Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência, apenas poderão se valer do critério de desempate previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que também fizerem jus às margens de preferência (art. 5º, §9º, I, do Decreto nº 8538, de 2015).

7.19.2. O parâmetro para o empate ficto, nesse caso, consistirá no preço ofertado pela fornecedora classificada em primeiro lugar em razão da aplicação da margem de preferência.

7.19.3. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento), acima da melhor proposta, caso se trate de um pregão, serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

7.19.4. A licitante mais bem classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.19.5. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de até 5% (cinco por cento), caso se trate de um pregão, na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.19.6. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.19.7. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

7.2,. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

7.21. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

7.21.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

7.21.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

7.21.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, nos termos do Decreto nº 11.430, de 2023, e da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 382, de 17 de setembro de 2025;

7.21.4. declaração do licitante de que desenvolve programa de integridade, conforme Decreto nº 12.304, de 2024, e Portaria Normativa SE/CGU nº 226, de 9 de setembro de 2025 .

7.22. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

7.22.1. empresas brasileiras;

7.22.2. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.22.3. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009

7.24. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

7.25. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, o Pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

7.25.2. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

7.25.3. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.25.4. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

7.25.5. O Pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas a 24 (vinte e quatro horas), envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.25.6. É facultado ao Pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

7.26. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8. DA FASE DE JULGAMENTO

8.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, legislação correlata e no item 3.10 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

8.1.1. Sicaf;

8.1.2 Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS,

8.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP e

8.1.4. Lista de licitantes inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União.

8.2. A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.

8.2.1. A consulta no CEIS quanto às sanções previstas na Lei nº 8.429, de 1992, também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.

8.3. Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas ao CEIS, CNEP e Lista de licitantes inidôneos pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU.

8.4. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro /Agente de Contratação/Comissão diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

8.4.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

8.4.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

8.4.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

8.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs ou tenha se valido da aplicação da margem de preferência, o Pregoeiro verificará se o licitante faz jus ao benefício aplicado.

8.5.1. Caso o licitante não venha a comprovar o atendimento dos requisitos para fazer jus ao benefício da margem de preferência, as propostas serão reclassificadas, para fins de nova aplicação da margem de preferência.

8.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto nos arts. 29 a 35 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

8.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

8.7.1. conter vícios insanáveis;

8.7.2 não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência/Projeto Básico;

8.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

8.7.4. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

8.7.5. não cumpra os critérios de aceitabilidade de preços definidos no Termo de Referência;

8.7.6. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

8.8. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexecuibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

8.9. A inexecuibilidade, na hipótese de que trata o item anterior, só será considerada após diligência do Pregoeiro /Agente de Contratação/Comissão, que comprove:

8.9.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

8.9.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

8.10. Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o licitante comprove a exequibilidade da proposta.

8.11. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

8.12. O pregoeiro realizará a verificação da observância da proposta classificada provisoriamente em primeiro lugar quanto aos custos unitários mínimos relevantes estabelecidos pela Administração, além dos demais aspectos ligados à conformidade da proposta ao objeto licitado e à compatibilidade do preço.

8.13. O pregoeiro concederá o prazo de no mínimo duas horas para readequação da proposta quando esta não observar os custos unitários mínimos relevantes, sob pena de desclassificação, na forma da Instrução Normativa nº 73, de 30 de setembro de 2022.

9. DA FASE DE HABILITAÇÃO

9.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.1. . A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no Sicaf.

9.2 Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.4. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia.

9.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133, de 2021.

9.6. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

9.7. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

9.8. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

9.9. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

9.9.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

9.10. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

9.10.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

9.11. A verificação pelo Pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

9.11.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Pregoeiro.

9.12. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

9.12.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

9.12.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

9.13. Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o item 9.11.1, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro/Agente de Contratação, a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, em até 24 horas, para:

9.13.1. a aferição das condições de habilitação do licitante, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;

9.13.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

9.13.3. suprimimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante;

9.13.4. suprimimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.

9.14. Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.

9.15. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.16. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 9.11.1.

9.17. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

9.18. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

10. DO TERMO DE CONTRATO

10.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será emitido instrumento equivalente (Nota de Empenho)

10.2. O adjudicatário terá o prazo de **5 (cinco)** dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o instrumento equivalente, (Nota de Empenho), sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

10.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do instrumento equivalente, a Administração poderá: a) encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), para que seja assinado e devolvido no prazo de 5(cinco) dias úteis, a contar da data de seu recebimento; b) disponibilizar acesso a sistema de processo eletrônico para que seja assinado digitalmente em até **2 (dois)** dias úteis; ou c) outro meio eletrônico, assegurado o prazo de **5 (cinco)** dias úteis para resposta após recebimento da notificação pela Administração.

10.4. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida ao fornecedor adjudicado, implica o reconhecimento de que:

10.4.1. referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;

10.4.2. a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas neste Edital;

10.4.3. a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.

10.5. Os prazos dos itens 10.2 e 10.3 poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

10.6. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

10.7. Na assinatura do instrumento equivalente será exigido o Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal – Cadin e a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

10.7.1. . A existência de registro no Cadin constitui fator impeditivo para a contratação.

11. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

11.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 05 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

11.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

11.2.1. a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e

11.2.2. a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

11.3. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.

11.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência/Projeto Básico, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

11.5. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

11.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

11.7. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

11.8. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

11.8.1. Em caso de prorrogação da ata, **poderá** ser renovado o quantitativo originalmente registrado.

12. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

12.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

12.1.1. dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação e excluído o percentual referente à margem de preferência, quando o objeto não atender aos requisitos previstos no art. 26 da Lei nº 14.133, de 2021; e

12.1.2. dos licitantes que mantiverem sua proposta original

12.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

12.2.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

12.2.2. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

12.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

12.3.1. quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

12.3.2. quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462, de 2023.

12.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

12.4.1. convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

12.4.2. adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

13. DOS RECURSOS

13.1. interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

13.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

13.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

13.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

13.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

13.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

13.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema, vedado qualquer outro meio de interposição dos mesmos.

13.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

13.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

13.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

13.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

13.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

13.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

14. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

14.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

14.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Pregoeiro durante o certame;

14.1.2. . salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

14.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

14.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

14.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

14.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

14.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital.

14.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

14.1.4. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

14.1.5. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

14.1.6. fraudar a licitação;

14.1.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

14.1.7.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

14.1.7.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

14.1.7.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada.

14.1.8. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

14.1.9. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.

14.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, após regular processo administrativo, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

14.2.1. advertência;

14.2.2. multa;

14.2.3. impedimento de licitar e contratar e

14.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

14.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

14.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

14.3.2. as peculiaridades do caso concreto;

14.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

14.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;

14.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

14.4. A multa será recolhida no prazo máximo de 10(dez) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

14.4.1. Para as infrações previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2 e 14.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

14.4.2. Para as infrações previstas nos itens 14.1.4, 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7, 14.1.8 e 14.1.9, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

14.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

14.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

14.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 14.1.1, 14.1.2, 14.1.3 e 14.1.4, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

14.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7, 14.1.8 e 14.1.9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2, 14.1.3 e 14.1.4 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021.

14.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 14.1.4, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

14.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

14.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

14.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

14.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

14.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

14.15. Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no Sicaf.

14.15.1. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicaf serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

15. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

15.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

15.1.1. O prazo acima supracitado para encaminhamentos de impugnação e/ou de esclarecimento, realizados na forma eletrônica, pelo e-mail: licitacaohgfe@gmail.com ou por encaminhamentos por petição dirigida ou protocolada no endereço: Hospital Geral de Fortaleza - Avenida Desembargador Moreira nº 1500, bairro Aldeota, CEP 60.170-001, cidade Fortaleza, estado Ceará, seção de Licitações.

15.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

15.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos seguintes meios: endereço eletrônico: ***licitacaohgfe@gmail.com***

15.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

15.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro nos autos do processo de licitação.

15.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

16. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

16.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

16.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

16.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

16.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

16.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

16.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

16.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

16.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

16.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

16.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico www.gov.br/compras.

16.11. As questões decorrentes da utilização do presente Edital que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21, serão processadas e julgadas na Justiça Federal, Seção Judiciária do Ceará, subseção judiciária de Fortaleza

16.12. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

16.12.1. Anexo I - Termo de Referência;

16.12.2 Anexo I do TR - Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato;

16.12.3. Anexo II do TR -Termo de Ciência e Concordância.

16.12.4. Apêndice I do TR -Especificação dos quantitativos consolidados e estimativas de consumo individualizadas do Hospital Geral de Fortaleza e órgãos participantes

16.12.5. Anexo II – Minuta de Ata de Registro de Preços;

16.12.6. Anexo III – Modelo de Proposta de Preços.

Datado e assinado eletronicamente.

HOSPITAL GERAL DE FORTALEZA

17. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

JOSE MATEUS NEGRAO NOGUEIRA

Chefe da Seção de Aquisições, Licitações e Contratos do H Ge F



Assinou eletronicamente em 06/05/2026 às 14:40:46.

Despacho: e acordo com o § 3º do art. 53 da Lei nº 14.133/2021, aprovo e determino a divulgação do edital e seus anexos.

ANA ELIZABETH CAVALCANTI JORGE DE PAIVA

Autoridade competente



Assinou eletronicamente em 06/05/2026 às 14:12:30.

Anexo I - TERMO DE REFERÊNCIA NR 192/ 2025

HOSPITAL GERAL DE FORTALEZA/MEX - CE

Termo de Referência 192/2025

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
192/2025	160050-HOSPITAL GERAL DE FORTALEZA/MEX - CE	DAIANE CRISTINA PONTES FLORIANO	06/05/2026 14:15 (v 0.12)
Status	ASSINADO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo		64579.012428/2025-08

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Eventual aquisição de material de consumo de uso médico-hospitalar para atender as necessidades dos usuários do Hospital Geral de Fortaleza e Órgãos Participantes, nos termos da tabela constante no Apêndice I, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

1.1.1 As estimativas de consumo individualizadas, do órgão gerenciador e órgão(s) e entidade(s) participante(s) estão discriminadas no Apêndice I.

1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

1.4. O prazo de vigência da contratação é de 90 (noventa) dias contados do(a) recebimento da Nota de Empenho, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.5. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. Problema colocado para Administração Pública

2.1.1. Viabilizar o atendimento dos pacientes com fornecimento de material de consumo de uso médico-hospitalar para atender as necessidades dos usuários do Hospital Geral de Fortaleza e Órgãos Participantes.

2.2. Soluções possíveis para o problema colocado para Administração Pública

2.2.1. Encaminhar os pacientes para atendimento nas Organizações civis de saúde conveniadas, não realizando os procedimentos no HGeF. Contudo, isso gera custos de encaminhamento, cujos valores são maiores que os custos de realização dos procedimentos na rede interna; Além de prejudicar a sustentabilidade do HGeF.

2.2.2. Transladar os pacientes para outras Organizações Militares de Saúde do Brasil. Consequentemente provocando um transtorno social aos usuários do sistema, devido ao deslocamento do paciente e seu acompanhante para fora do município de Fortaleza.

2.2.3. Disponibilizar os insumos para viabilizar o atendimento dos pacientes no HGeF, através da contratação dos fornecedores com o serviço público federal, sendo possível a contratação nos 02 formatos abaixo:

2.2.3.1. (Opção 01): Realizar licitação (sem Sistema de Registro de Preços) para firmar-se contrato de fornecimento continuado, com vigência de até 05 anos, prorrogável por igual período na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2.3.1.1. Contudo, para esta formatação, devem ser estimados os quantitativos anuais, solicitados por ordem de fornecimento com certa previsibilidade de requisição (mensal, bimestral, semestral) para os quantitativos efetivamente necessários para o período, prevendo-se prazo de entrega para cada pedido. No prazo estipulado em contrato, a contratada fatura todo o período e encaminha para liquidação e pagamento.

2.2.3.2. (Opção 02): Realizar licitação com Sistema de Registro de Preços, esta opção é válida já que muitos destes bens não são de fato objeto de aquisição essencial e rotineira. Para muitos itens, não há sequer certeza de sua aquisição, embora exista a concreta necessidade de que estejam aptos para imediata obtenção. Para estes produtos é recomendável a licitação para Sistema de Registro de Preços.

2.2.3.2.1. Realizar processo licitatório tipo pregão, com sistema de registro de preços, sendo o HGeF o órgão gerenciador e as outras OM interessadas como coparticipantes, justificado no inciso III do art. 3º do Decreto 11.462 de 31 de março de 2023 (*III - quando for conveniente para atendimento a mais de um órgão ou a mais de uma entidade, inclusive nas compras centralizadas*), e no inciso I do art. 3º do Decreto 11.462 de 31 de março de 2023 (*I - quando, pelas características do objeto, houver necessidade de contratações permanentes ou frequentes*).

2.3. Solução final a ser adotada pela administração pública

2.3.1. Disponibilizar os insumos para viabilizar o atendimento dos pacientes no HGeF, através da contratação dos fornecedores com o serviço público federal, através de licitação com Sistema de Registro de Preços, conforme justificado no subitem 2.2.3.2.

2.3.2. A contratação será realizada de forma parcelada de acordo com a necessidade desta Organização Militar de Saúde (OMS) para que não haja estoques desnecessários.

2.3.3. É posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina.

2.4. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, conforme detalhamento a seguir:

I) ID PCA no PNCP: 00394452000103-0-000020/2026

II) Data de publicação no PNCP: 15/04/2025

III) Id do item no PCA: 185

IV) Classe/Grupo: 6505- Drogas e Medicamentos;

V) Identificador da Futura Contratação: 160050-8/2026

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. Diante da necessidade do Hospital Geral de Fortaleza e dos Órgãos Participantes em adquirir material de consumo de uso médico-hospitalar padronizados, com o objetivo de otimizar o atendimento aos militares da ativa, reserva remunerada, servidores civis, dependentes e pensionistas, que utilizam o SISTEMA SAMMED/FUSEX – na 10ª Região Militar.

3.2. Trata-se de aquisição a se fazer mediante Sistema de Registro de Preço (SRP) através de Licitação, na modalidade Pregão, em sua forma Eletrônica, com fulcro na Lei nº 14.133 de 01 de Abril de 2021, e o prazo de vigência de Ata de Registro de Preço será de 01 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, com os mesmos quantitativos originais, desde que comprovado o preço vantajoso.

3.3. Ademais, o valor encontra-se de acordo com o mercado praticado junto administração pública, conforme comprovado nos Relatórios de Pesquisa de Preços nº 34/2025, 247/2025, 342/2025, 413/2025 e 416/2025.

3.4. Por se tratar de insumos para uso regular e por nem sempre serem itens disponíveis no mercado nacional, entende-se que a aquisição através de Pregão Eletrônico com Sistema de Registro de Preços é a solução mais adequada para aquisição dos mesmos. A contratação por SRP se justifica, pois se trata de demanda para atendimento ao HGeF e demais Organizações Militares da Guarnição de Fortaleza, ao longo do ano que se segue, conforme forem ocorrendo às necessidades. Ademais, a celebração de ata de registro de preços vai ao encontro dos princípios da eficiência administrativa e economicidade e uma gestão eficiente de controle, conforme previsto nos incisos I, e II do art. 3º do Decreto 11.462 de 31 de março de 2023.

3.5. Por fim, optou-se pela contratação de empresa(s) especializada(s) para o fornecimento dos referidos insumos nas quantidades estabelecidas no prazo de 12 (doze) meses prorrogável conforme previsão no instrumento contratual ou no termo de referência, podendo ou não ser empenhado o quantitativo total de cada item de acordo com a demanda desta OMS.

3.6. A natureza do objeto a ser adquirido nessa licitação enquadra-se na categoria de bens e serviços comuns, nos termos do inciso XIII, do art. 6º, da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado, os quais se encontram discriminados no item 8.1. deste ETP.

3.7. Órgão Gerenciador: Hospital Geral de Fortaleza/MD-CE, UASG 160050 – Av. Desembargador Moreira nº 1500, Aldeota, Fortaleza-CE / Telefone: (85) 3089-6308, horário: das 8 horas às 12 horas e das 13:30 horas às 15:30 horas, de segunda a quinta e das 8 horas às 12 horas nas sextas-feiras.

3.8. A existência de preços registrados não obriga a Administração a contratar, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, assegurada preferência ao fornecedor registrado em igualdade de condições.

3.9. Em caso de divergência entre as descrições e especificações constantes do CATMAT e do presente Termo de Referência, prevalecem estas últimas.

3.10. Para o material em tela há previsão de aquisição de produto manufaturado nacional beneficiado por critérios normativos de margem de preferência, conforme discriminado no Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1. O Pregoeiro solicitará ao licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar que apresente ou envie juntamente com a proposta, sob pena de não aceitação, o documento comprobatório do registro do produto na ANVISA, conforme legislação vigente, notadamente a Lei nº 6.360, de 1976 e o Decreto nº 8.077, de 2013. Caso o produto seja dispensado do registro, a empresa deverá apresentar o Certificado de Dispensa de Registro.

4.1.2. Só será admitida a oferta de produto previamente notificado/registrado na ANVISA, conforme a Lei nº 6.360, de 1976 e Decreto nº 8.077, de 2013.

Indicação de marcas ou modelos

4.2. Na presente contratação não haverá indicação de marcas e modelos.

Da vedação de contratação de marca ou produto

4.3. Na presente contratação não haverá vedação de contratação de marca ou produto.

Da exigência de amostra

4.4. Não se vislumbrou a necessidade de exigências de amostra.

Da exigência de carta de solidariedade

4.5. Em caso de fornecedor, revendedor ou distribuidor, não será exigida do licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar, nos termos do edital, carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato.

Subcontratação

4.6. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

4.7. Não haverá exigência da garantia da contratação dos art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões abaixo:

4.7.1. A garantia é obrigatória para os contratos que envolvam a execução de serviços continuados com dedicação exclusiva de mão de obra, nos termos do inciso VI do art. 8º do Decreto nº 9.507, de 2018, e do item 3 do Anexo VII-F da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05/2017, o que não é o caso da presente contratação.

Reserva de cotas para microempresas e empresas de pequeno porte:

4.8. Na presente licitação, será realizada a reserva de cota de até vinte e cinco por cento do objeto para a contratação de microempresas e empresas de pequeno porte.

4.8.1. Na hipótese de não haver vencedor para a cota reservada, esta poderá ser adjudicada ao vencedor da cota principal ou, diante de sua recusa, aos fornecedores remanescentes, desde que pratiquem o preço do primeiro colocado da cota principal.

4.8.2 Se a mesma empresa vencer a cota reservada e a cota principal, a contratação das cotas deverá ocorrer pelo menor preço.

4.8.3. Será dada a prioridade de aquisição aos produtos das cotas reservadas quando forem adjudicados aos licitantes qualificados como microempresas ou empresas de pequeno porte, ressalvados os casos em que a cota reservada for inadequada para atender as quantidades ou as condições do pedido, conforme vier a ser decidido pela Administração, nos termos do art. 8º, §4º, do Decreto n. 8.538, de 2015.

Margem de Preferência:

4.9. Os objetos da contratação listados abaixo enquadram-se na margem de preferência normal e adicional prevista na Resolução n. 8, de 31 de março de 2025 da Comissão Interministerial de Contratações Públicas para o Desenvolvimento Sustentável – CICS, que especifica os produtos manufaturados nacionais que serão objeto de margens de preferência normal e adicional nas licitações realizadas no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

Anexo 1 - Classificação dos itens por NCM						
Itens	NCM	Descrição	Regra de origem	Margem normal	Regra de qualificação	Margem adicional
23	3004.10.12	30: Produtos farmacêuticos. 30.04: Medicamentos (exceto os produtos das posições 30.02, 30.05 ou 30.06) constituídos por produtos misturados ou não misturados, preparados para fins terapêuticos ou profiláticos, apresentados em doses (incluindo os destinados a serem administrados por via percutânea) ou acondicionados para venda a retalho. 3004.10: - Que contenham penicilinas ou seus derivados, com estrutura do ácido penicilânico, ou estreptomicinas ou seus derivados 3004.10.1: Que contenham penicilinas ou seus derivados, com estrutura do ácido penicilânico 3004.10.12: Amoxicilina ou seus sais	MedNac	5%	MedIFANac	10%

17, 18	3002.12.39	<p>30: Produtos farmacêuticos.</p> <p>30.02: Sangue humano; sangue animal preparado para usos terapêuticos, profiláticos ou de diagnóstico; antissoros, outras frações do sangue e produtos imunológicos, mesmo modificados ou obtidos por via biotecnológica; vacinas, toxinas, culturas de microrganismos (exceto leveduras) e produtos semelhantes; culturas de células, mesmo modificadas.</p> <p>3002.1: - Antissoros, outras frações do sangue e produtos imunológicos, mesmo modificados ou obtidos por via biotecnológica:</p> <p>3002.12: -- Antissoros e outras frações do sangue</p> <p>3002.12.3: Outras frações do sangue, preparadas como medicamentos</p> <p>3002.12.39: Outros</p>	MedNac	5%	MedIFANac	10%
28, 39, 40, 107	3004.20.29	<p>30: Produtos farmacêuticos.</p> <p>30.04: Medicamentos (exceto os produtos das posições 30.02, 30.05 ou 30.06) constituídos por produtos misturados ou não misturados, preparados para fins terapêuticos ou profiláticos, apresentados em doses (incluindo os destinados a serem administrados por via percutânea) ou acondicionados para venda a retalho.</p> <p>3004.20: - Outros, que contenham antibióticos</p> <p>3004.20.2: Que contenham macrolídeos ou seus derivados</p> <p>3004.20.29: Outros</p>	MedNac	5%	MedIFANac	10%
81	3004.20.49	<p>30: Produtos farmacêuticos.</p> <p>30.04: Medicamentos (exceto os produtos das posições 30.02, 30.05 ou 30.06) constituídos por produtos misturados ou não misturados, preparados para fins terapêuticos ou profiláticos, apresentados em doses (incluindo os destinados a serem administrados por via percutânea) ou acondicionados para venda a retalho.</p> <p>3004.20: - Outros, que</p>	MedNac	5%	MedIFANac	10%

		<p>contenham antibióticos</p> <p>3004.20.4: Que contenham lincosamidas ou seus derivados</p> <p>3004.20.49: Outros</p>				
61, 62, 63, 64, 65, 67	3004.20.59	<p>30: Produtos farmacêuticos.</p> <p>30.04: Medicamentos (exceto os produtos das posições 30.02, 30.05 ou 30.06) constituídos por produtos misturados ou não misturados, preparados para fins terapêuticos ou profiláticos, apresentados em doses (incluindo os destinados a serem administrados por via percutânea) ou acondicionados para venda a retalho.</p> <p>3004.20: - Outros, que contenham antibióticos</p> <p>3004.20.5: Que contenham cefalosporinas, cefamicinas ou derivados destes produtos</p> <p>3004.20.59: Outros</p>	MedNac	5%	MedIFANac	10%
253	3004.20.69	<p>30: Produtos farmacêuticos.</p> <p>30.04: Medicamentos (exceto os produtos das posições 30.02, 30.05 ou 30.06) constituídos por produtos misturados ou não misturados, preparados para fins terapêuticos ou profiláticos, apresentados em doses (incluindo os destinados a serem administrados por via percutânea) ou acondicionados para venda a retalho.</p> <p>3004.20: - Outros, que contenham antibióticos</p> <p>3004.20.6: Que contenham aminoglicosídeos ou seus derivados</p> <p>3004.20.69: Outros</p>	MedNac	5%	MedIFANac	10%
26, 136, 226, 242, 252, 256, 257, 322, 325	3004.20.99	<p>30: Produtos farmacêuticos.</p> <p>30.04: Medicamentos (exceto os produtos das posições 30.02, 30.05 ou 30.06) constituídos por produtos misturados ou não misturados, preparados para fins terapêuticos ou profiláticos, apresentados em doses (incluindo os destinados a serem administrados por via percutânea) ou acondicionados para venda a retalho.</p> <p>3004.20: - Outros, que</p>	MedNac	5%	MedIFANac	10%

		<p>contenham antibióticos</p> <p>3004.20.9: Outros</p> <p>3004.20.99: Outros</p>				
198, 199, 200, 201, 202, 203	3004.31.00	<p>30: Produtos farmacêuticos.</p> <p>30.04: Medicamentos (exceto os produtos das posições 30.02, 30.05 ou 30.06) constituídos por produtos misturados ou não misturados, preparados para fins terapêuticos ou profiláticos, apresentados em doses (incluindo os destinados a serem administrados por via percutânea) ou acondicionados para venda a retalho.</p> <p>3004.3: - Outros, que contenham hormônios ou outros produtos da posição 29.37:</p> <p>3004.31.00: -- Que contenham insulina</p>	MedNac	5%	MedIFANac	10%
147,148	3004.32.20	<p>30: Produtos farmacêuticos.</p> <p>30.04: Medicamentos (exceto os produtos das posições 30.02, 30.05 ou 30.06) constituídos por produtos misturados ou não misturados, preparados para fins terapêuticos ou profiláticos, apresentados em doses (incluindo os destinados a serem administrados por via percutânea) ou acondicionados para venda a retalho.</p> <p>3004.3: - Outros, que contenham hormônios ou outros produtos da posição 29.37:</p> <p>3004.32: -- Que contenham hormônios corticosteroides, seus derivados ou análogos estruturais</p> <p>3004.32.20: Espironolactona</p>	MedNac	5%	MedIFANac	10%
43, 45, 42, 46	3004.32.90	<p>30: Produtos farmacêuticos.</p> <p>30.04: Medicamentos (exceto os produtos das posições 30.02, 30.05 ou 30.06) constituídos por produtos misturados ou não misturados, preparados para fins terapêuticos ou profiláticos, apresentados em doses (incluindo os destinados a serem administrados por via percutânea) ou acondicionados para venda a retalho.</p> <p>3004.3: - Outros, que contenham hormônios ou outros produtos da</p>	MedNac	5%	MedIFANac	10%

		posição 29.37: 3004.32: -- Que contenham hormônios corticosteroides, seus derivados ou análogos estruturais 3004.32.90: Outros				
214	3004.39.39	30: Produtos farmacêuticos. 30.04: Medicamentos (exceto os produtos das posições 30.02, 30.05 ou 30.06) constituídos por produtos misturados ou não misturados, preparados para fins terapêuticos ou profiláticos, apresentados em doses (incluindo os destinados a serem administrados por via percutânea) ou acondicionados para venda a retalho. 3004.3: - Outros, que contenham hormônios ou outros produtos da posição 29.37: 3004.39: -- Outros 3004.39.3: Que contenham estrogênios ou progestogênios, seus derivados ou análogos estruturais 3004.39.39: Outros	MedNac	5%	MedIFANac	10%
135, 220, 234, 235, 260, 331	3004.39.99	30: Produtos farmacêuticos. 30.04: Medicamentos (exceto os produtos das posições 30.02, 30.05 ou 30.06) constituídos por produtos misturados ou não misturados, preparados para fins terapêuticos ou profiláticos, apresentados em doses (incluindo os destinados a serem administrados por via percutânea) ou acondicionados para venda a retalho. 3004.3: - Outros, que contenham hormônios ou outros produtos da posição 29.37: 3004.39: -- Outros 3004.39.9: Outros 3004.39.99: Outros	MedNac	5%	MedIFANac	10%
36, 78, 79, 102, 120, 140, 141, 142, 143, 149,	3004.49.90	30: Produtos farmacêuticos. 30.04: Medicamentos (exceto os produtos das posições 30.02, 30.05 ou 30.06) constituídos por produtos misturados ou não misturados, preparados para fins terapêuticos ou profiláticos, apresentados em doses (incluindo os destinados a serem	MedNac	5%	MedIFANac	10%

205, 232, 246, 247, 248, 20, 37		administrados por via percutânea) ou acondicionados para venda a retalho. 3004.4: - Outros, que contenham alcaloides ou seus derivados: 3004.49: -- Outros 3004.49.90: Outros				
101, 190	3004.90.19	30: Produtos farmacêuticos. 30.04: Medicamentos (exceto os produtos das posições 30.02, 30.05 ou 30.06) constituídos por produtos misturados ou não misturados, preparados para fins terapêuticos ou profiláticos, apresentados em doses (incluindo os destinados a serem administrados por via percutânea) ou acondicionados para venda a retalho. 3004.90: - Outros 3004.90.1: Que contenham enzimas 3004.90.19: Outros	MedNac	5%	MedIFANac	10%
288	3004.90.21	30: Produtos farmacêuticos. 30.04: Medicamentos (exceto os produtos das posições 30.02, 30.05 ou 30.06) constituídos por produtos misturados ou não misturados, preparados para fins terapêuticos ou profiláticos, apresentados em doses (incluindo os destinados a serem administrados por via percutânea) ou acondicionados para venda a retalho. 3004.90: - Outros 3004.90.2: Que contenham produtos das posições 29.16 a 29.20, mas que não contenham produtos do item 3004.90.1 3004.90.21: Permetrina; nitrato de propatila; benzoato de benzila; dioctilsulfossuccinato de sódio	MedNac	5%	MedIFANac	10%
		30: Produtos farmacêuticos. 30.04: Medicamentos (exceto os produtos das posições 30.02, 30.05 ou 30.06) constituídos por produtos misturados ou não misturados, preparados para fins terapêuticos ou profiláticos, apresentados em doses (incluindo os destinados a serem				

6, 7	3004.90.24	administrados por via percutânea) ou acondicionados para venda a retalho. 3004.90: - Outros 3004.90.2: Que contenham produtos das posições 29.16 a 29.20, mas que não contenham produtos do item 3004.90.1 3004.90.24: Ácido o-acetilsalicílico; o-acetilsalicilato de alumínio; salicilato de metila; diclorvós	MedNac	5%	MedIFANac	10%
69, 70, 71, 87, 173, 177, 284, 10, 224, 225	3004.90.29	30: Produtos farmacêuticos. 30.04: Medicamentos (exceto os produtos das posições 30.02, 30.05 ou 30.06) constituídos por produtos misturados ou não misturados, preparados para fins terapêuticos ou profiláticos, apresentados em doses (incluindo os destinados a serem administrados por via percutânea) ou acondicionados para venda a retalho. 3004.90: - Outros 3004.90.2: Que contenham produtos das posições 29.16 a 29.20, mas que não contenham produtos do item 3004.90.1 3004.90.29: Outros	MedNac	5%	MedIFANac	10%
231	3004.90.35	30: Produtos farmacêuticos. 30.04: Medicamentos (exceto os produtos das posições 30.02, 30.05 ou 30.06) constituídos por produtos misturados ou não misturados, preparados para fins terapêuticos ou profiláticos, apresentados em doses (incluindo os destinados a serem administrados por via percutânea) ou acondicionados para venda a retalho. 3004.90: - Outros 3004.90.3: Que contenham produtos das posições 29.21 e 29.22, mas que não contenham produtos dos itens 3004.90.1 e 3004.90.2 3004.90.35: Levodopa; alfa-metildopa	MedNac	5%	MedIFANac	10%
		30: Produtos farmacêuticos. 30.04: Medicamentos (exceto os produtos das posições 30.02,				

154, 293	3004.90.36	30.05 ou 30.06) constituídos por produtos misturados ou não misturados, preparados para fins terapêuticos ou profiláticos, apresentados em doses (incluindo os destinados a serem administrados por via percutânea) ou acondicionados para venda a retalho. 3004.90: - Outros 3004.90.3: Que contenham produtos das posições 29.21 e 29.22, mas que não contenham produtos dos itens 3004.90.1 e 3004.90.2 3004.90.36: Cloridrato de fenilefrina; mirtecaína; propranolol ou seus sais	MedNac	5%	MedIFANac	10%
22, 72, 119, 126, 128, 144, 145, 150, 151, 158, 159, 237, 238, 239, 261, 285, 286, 296, 309, 312, 328, 329, 332	3004.90.39	30: Produtos farmacêuticos. 30.04: Medicamentos (exceto os produtos das posições 30.02, 30.05 ou 30.06) constituídos por produtos misturados ou não misturados, preparados para fins terapêuticos ou profiláticos, apresentados em doses (incluindo os destinados a serem administrados por via percutânea) ou acondicionados para venda a retalho. 3004.90: - Outros 3004.90.3: Que contenham produtos das posições 29.21 e 29.22, mas que não contenham produtos dos itens 3004.90.1 e 3004.90.2 3004.90.39: Outros	MedNac	5%	MedIFANac	10%
236	3004.90.41	30: Produtos farmacêuticos. 30.04: Medicamentos (exceto os produtos das posições 30.02, 30.05 ou 30.06) constituídos por produtos misturados ou não misturados, preparados para fins terapêuticos ou profiláticos, apresentados em doses (incluindo os destinados a serem administrados por via percutânea) ou acondicionados para venda a retalho. 3004.90: - Outros 3004.90.4: Que contenham produtos das posições 29.24 a 29.26, mas que não contenham produtos dos itens 3004.90.1 a 3004.90.3	MedNac	5%	MedIFANac	10%

		3004.90.41: Metoclopramida ou seu cloridrato; closantel				
32, 33	3004.90.42	30: Produtos farmacêuticos. 30.04: Medicamentos (exceto os produtos das posições 30.02, 30.05 ou 30.06) constituídos por produtos misturados ou não misturados, preparados para fins terapêuticos ou profiláticos, apresentados em doses (incluindo os destinados a serem administrados por via percutânea) ou acondicionados para venda a retalho. 3004.90: - Outros 3004.90.4: Que contenham produtos das posições 29.24 a 29.26, mas que não contenham produtos dos itens 3004.90.1 a 3004.90.3 3004.90.42: Atenolol; prilocaína ou seu cloridrato; talidomida	MedNac	5%	MedIFANac	10%
277, 278	3004.90.45	30: Produtos farmacêuticos. 30.04: Medicamentos (exceto os produtos das posições 30.02, 30.05 ou 30.06) constituídos por produtos misturados ou não misturados, preparados para fins terapêuticos ou profiláticos, apresentados em doses (incluindo os destinados a serem administrados por via percutânea) ou acondicionados para venda a retalho. 3004.90: - Outros 3004.90.4: Que contenham produtos das posições 29.24 a 29.26, mas que não contenham produtos dos itens 3004.90.1 a 3004.90.3 3004.90.45: Paracetamol; bromoprida	MedNac	5%	MedIFANac	10%
172, 227, 254, 341, 66, 228	3004.90.49	30: Produtos farmacêuticos. 30.04: Medicamentos (exceto os produtos das posições 30.02, 30.05 ou 30.06) constituídos por produtos misturados ou não misturados, preparados para fins terapêuticos ou profiláticos, apresentados em doses (incluindo os destinados a serem administrados por via percutânea) ou acondicionados	MedNac	5%	MedIFANac	10%

		para venda a retalho. 3004.90: - Outros 3004.90.4: Que contenham produtos das posições 29.24 a 29.26, mas que não contenham produtos dos itens 3004.90.1 a 3004.90.3 3004.90.49: Outros				
138, 139, 171, 206, 207, 208, 259, 317, 1, 2	3004.90.59	30: Produtos farmacêuticos. 30.04: Medicamentos (exceto os produtos das posições 30.02, 30.05 ou 30.06) constituídos por produtos misturados ou não misturados, preparados para fins terapêuticos ou profiláticos, apresentados em doses (incluindo os destinados a serem administrados por via percutânea) ou acondicionados para venda a retalho. 3004.90: - Outros 3004.90.5: Que contenham produtos das posições 29.30 a 29.32, mas que não contenham produtos dos itens 3004.90.1 a 3004.90.4 3004.90.59: Outros	MedNac	5%	MedIFANac	10%
15	3004.90.63	30: Produtos farmacêuticos. 30.04: Medicamentos (exceto os produtos das posições 30.02, 30.05 ou 30.06) constituídos por produtos misturados ou não misturados, preparados para fins terapêuticos ou profiláticos, apresentados em doses (incluindo os destinados a serem administrados por via percutânea) ou acondicionados para venda a retalho. 3004.90: - Outros 3004.90.6: Que contenham produtos da posição 29.33, mas que não contenham produtos dos itens 3004.90.1 a 3004.90.5 3004.90.63: Albendazol ou seu sulfóxido; mebendazol; 6-mercaptopurina; metilsulfato de amezínio; oxfendazol; praziquantel	MedNac	5%	MedIFANac	10%
		30: Produtos farmacêuticos. 30.04: Medicamentos (exceto os produtos das posições 30.02, 30.05 ou 30.06) constituídos por				

155, 156	3004.90.65	produtos misturados ou não misturados, preparados para fins terapêuticos ou profiláticos, apresentados em doses (incluindo os destinados a serem administrados por via percutânea) ou acondicionados para venda a retalho. 3004.90: - Outros 3004.90.6: Que contenham produtos da posição 29.33, mas que não contenham produtos dos itens 3004.90.1 a 3004.90.5 3004.90.65: Benzetimida ou seu cloridrato; fenitoína ou seu sal sódico; isoniazida; pirazinamida	MedNac	5%	MedIFANac	10%
131	3004.90.67	30: Produtos farmacêuticos. 30.04: Medicamentos (exceto os produtos das posições 30.02, 30.05 ou 30.06) constituídos por produtos misturados ou não misturados, preparados para fins terapêuticos ou profiláticos, apresentados em doses (incluindo os destinados a serem administrados por via percutânea) ou acondicionados para venda a retalho. 3004.90: - Outros 3004.90.6: Que contenham produtos da posição 29.33, mas que não contenham produtos dos itens 3004.90.1 a 3004.90.5 3004.90.67: Enrofloxacin; maleato de enalapril; maleato de pirlamina; nicarbazina; norfloxacin; sais de piperazina	MedNac	5%	MedIFANac	10%
29, 30, 31, 34, 35, 51, 53, 57, 58, 74, 75, 76, 77, 80, 82, 84, 85, 99, 114, 122, 123, 124, 127, 146, 152, 160, 161, 168, 169, 186, 187, 191, 194, 209, 210, 211, 212, 213, 222, 233, 244, 245, 249, 250, 266, 267, 268, 269, 270, 275, 276, 297, 298, 299, 301, 303, 304, 306, 310, 330, 333, 336, 3, 4, 5, 9, 48, 73, 89	3004.90.69	30: Produtos farmacêuticos. 30.04: Medicamentos (exceto os produtos das posições 30.02, 30.05 ou 30.06) constituídos por produtos misturados ou não misturados, preparados para fins terapêuticos ou profiláticos, apresentados em doses (incluindo os destinados a serem administrados por via percutânea) ou acondicionados para venda a retalho. 3004.90: - Outros 3004.90.6: Que contenham produtos da posição 29.33, mas que não contenham produtos dos itens 3004.90.1 a 3004.90.5 3004.90.69: Outros	MedNac	5%	MedIFANac	10%

318, 319	3004.90.72	<p>30: Produtos farmacêuticos.</p> <p>30.04: Medicamentos (exceto os produtos das posições 30.02, 30.05 ou 30.06) constituídos por produtos misturados ou não misturados, preparados para fins terapêuticos ou profiláticos, apresentados em doses (incluindo os destinados a serem administrados por via percutânea) ou acondicionados para venda a retalho.</p> <p>3004.90: - Outros</p> <p>3004.90.7: Que contenham produtos das posições 29.34, 29.35 e 29.38, mas que não contenham produtos dos itens 3004.90.1 a 3004.90.6</p> <p>3004.90.72: Sulfadiazina ou seu sal sódico; sulfametoxazol</p>	MedNac	5%	MedIFANac	10%
175, 176	3004.90.76	<p>30: Produtos farmacêuticos.</p> <p>30.04: Medicamentos (exceto os produtos das posições 30.02, 30.05 ou 30.06) constituídos por produtos misturados ou não misturados, preparados para fins terapêuticos ou profiláticos, apresentados em doses (incluindo os destinados a serem administrados por via percutânea) ou acondicionados para venda a retalho.</p> <p>3004.90: - Outros</p> <p>3004.90.7: Que contenham produtos das posições 29.34, 29.35 e 29.38, mas que não contenham produtos dos itens 3004.90.1 a 3004.90.6</p> <p>3004.90.76: Clortalidona; furosemida</p>	MedNac	5%	MedIFANac	10%
86, 96, 97, 98, 121, 129, 130, 178, 279, 305, 307, 308, 316, 108	3004.90.79	<p>30: Produtos farmacêuticos.</p> <p>30.04: Medicamentos (exceto os produtos das posições 30.02, 30.05 ou 30.06) constituídos por produtos misturados ou não misturados, preparados para fins terapêuticos ou profiláticos, apresentados em doses (incluindo os destinados a serem administrados por via percutânea) ou acondicionados para venda a retalho.</p> <p>3004.90: - Outros</p>	MedNac	5%	MedIFANac	10%

		3004.90.7: Que contenham produtos das posições 29.34, 29.35 e 29.38, mas que não contenham produtos dos itens 3004.90.1 a 3004.90.6 3004.90.79: Outros				
289, 290, 291, 292	3004.90.95	30: Produtos farmacêuticos. 30.04: Medicamentos (exceto os produtos das posições 30.02, 30.05 ou 30.06) constituídos por produtos misturados ou não misturados, preparados para fins terapêuticos ou profiláticos, apresentados em doses (incluindo os destinados a serem administrados por via percutânea) ou acondicionados para venda a retalho. 3004.90: - Outros 3004.90.9: Outros 3004.90.95: Bussulfano; dexormaplatina; dietilestilbestrol ou seu dipropionato; enloplatina; ioproplatina; lobaplatina; miboplatina; miltefosina; mitotano; ormaplatina; procarbazina ou seu cloridrato; propofol; sebriplatina; zeniplatina	MedNac	5%	MedIFANac	10%
41, 47, 52, 55, 56, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 115, 125, 132, 133, 134, 174, 181, 182, 183, 184, 195, 204, 223, 229, 230, 251, 272, 273, 274, 283, 294, 302, 313, 315, 320, 321, 334, 337, 340, 162, 180	3004.90.99	30: Produtos farmacêuticos. 30.04: Medicamentos (exceto os produtos das posições 30.02, 30.05 ou 30.06) constituídos por produtos misturados ou não misturados, preparados para fins terapêuticos ou profiláticos, apresentados em doses (incluindo os destinados a serem administrados por via percutânea) ou acondicionados para venda a retalho. 3004.90: - Outros 3004.90.9: Outros 3004.90.99: Outros	MedNac	5%	MedIFANac	10%
		30: Produtos farmacêuticos. 30.04: Medicamentos (exceto os produtos das posições 30.02, 30.05 ou 30.06) constituídos por produtos misturados ou não misturados, preparados para fins terapêuticos ou profiláticos, apresentados em doses (incluindo os destinados a serem				

49	3004.90.69	administrados por via percutânea) ou acondicionados para venda a retalho. 3004.90: - Outros 3004.90.6: Que contenham produtos da posição 29.33, mas que não contenham produtos dos itens 3004.90.1 a 3004.90.5 3004.90.69: Outros	MedNac	5%	MedIFANac	10%
Anexo 2 - Itens sem margem de preferência						
196	3002.12.21	Sem Margem de Preferência				
197	3002.12.22	Sem Margem de Preferência				
24, 25	3004.10.11	Sem Margem de Preferência				
44	3004.10.13	Sem Margem de Preferência				
271, 282	3004.10.19	Sem Margem de Preferência				
280	2841.61.00	Sem Margem de Preferência				
188, 189	3001.90.90	Sem Margem de Preferência				
323, 19	3002.10.39	Sem Margem de Preferência				
16	3002.12.36	Sem Margem de Preferência				
11, 185, 300, 68	3002.15.90	Sem Margem de Preferência				
326, 327	3002.42.90	Sem Margem de Preferência				
287	3002.90.00	Sem Margem de Preferência				
60	3004.20.51	Sem Margem de Preferência				
59	3004.20.52	Sem Margem de Preferência				
335	3004.20.71	Sem Margem de Preferência				
103	3004.20.79	Sem Margem de Preferência				
27	3004.20.95	Sem Margem de Preferência				

157	3004.30.69	Sem Margem de Preferência
109, 110, 111, 112, 113, 192, 193	3004.32.10	Sem Margem de Preferência
314	3004.39.11	Sem Margem de Preferência
262	3004.39.22	Sem Margem de Preferência
263, 264, 265	3004.39.26	Sem Margem de Preferência
54, 167, 324, 338, 339, 8	3004.50.90	Sem Margem de Preferência
100	3004.49.40	Sem Margem de Preferência
215	3004.39.81	Sem Margem de Preferência
118	3004.90.37	Sem Margem de Preferência
281	3004.49.20	Sem Margem de Preferência
179	3004.90.23	Sem Margem de Preferência
258	3004.90.27	Sem Margem de Preferência
137	3004.90.32	Sem Margem de Preferência
21	3004.90.54	Sem Margem de Preferência
216, 217, 218, 219	3004.90.43	Sem Margem de Preferência
50	3004.90.61	Sem Margem de Preferência
221, 225	3004.90.62	Sem Margem de Preferência
116, 117	3004.90.64	Sem Margem de Preferência
240, 241, 243, 38	3004.90.66	Sem Margem de Preferência
106	3006.30.17	Sem Margem de Preferência
104, 105	3006.30.19	Sem Margem de Preferência

170	3006.30.29	Sem Margem de Preferência
-----	------------	---------------------------

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

5.1. O prazo de entrega dos bens é de 20 (vinte) dias corridos, contados do dia útil subsequente do recebimento da Nota de Empenho (NE), em remessa única para cada pedido.

5.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 03 (três) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.3. Os bens deverão ser entregues nos seguintes endereços:

5.3.1 Órgão Gerenciador: Hospital Geral de Fortaleza/MD-CE, UASG 160050, no Setor de Farmácia Hospitalar – Av. Desembargador Moreira nº 1500, Aldeota, Fortaleza - CE CEP 60.170-001, horário: das 8 horas às 11h30 e das 13 horas às 15h horas, de segunda a quinta e das 8 horas às 12horas nas sextas-feiras.

5.3.2 Órgão Participante: Comando da 10ª Região Militar, UASG 160047 – Endereço: Avenida Alberto Nepomuceno, s/nº, Centro, CEP 60.055-000, Fortaleza-CE / Telefone (85) 3255-1663, horário de entrega: dias úteis, das 9:00 horas às 11:30 horas e das 13:00 horas às 16:00 horas, de segunda a quinta-feira e das 8 horas às 11:30 horas nas sextas-feiras.

5.3.3 Órgão Participante: 10º Depósito de Suprimentos/MD-CE, UASG 160049, em Fortaleza – Endereço: Rua Marechal Bittencourt nº 100, Dias Macêdo, CEP 60.860-540, Fortaleza-CE / Telefone: (85) 3295-1411, horário: dias úteis, das 09:00h às 11:00h e das 13:30h às 16:00h, de segunda a quinta-feira e das 8 horas às 11:30 horas, nas sextas-feiras.

5.3.4 Órgão Participante: Base Administrativa da Guarnição de Fortaleza/MD-CE, UASG 160045 – Endereço da Base Adm da Gu Fortaleza (FGT): Avenida Luciano Carneiro nº 840, Bairro de Fátima, CEP 60.411-134, Fortaleza-CE / Telefone: (85) 3403-7427. Endereço do 23º Batalhão de Caçadores: Av. Treze de Maio nº 1589, Fátima, CEP 60.040-431, Fortaleza-CE, horário: das 8 horas às 11h30 e das 13 horas às 16: 30h horas, de segunda a quinta e das 8 horas às 12 horas nas sextas-feiras.

5.3.5 Órgão Participante: Colégio Militar de Fortaleza/MD-CE, UASG 160046 – Endereço: Avenida Santos Dumont nº 485, Aldeota, CEP 60.150-160, Fortaleza-CE / Telefone: (85) 4042-9422, horário de entrega: dias úteis, no horário entre 07:30 às 16:00 horas, de segunda a quinta-feira e, na sexta-feira, das 07:30 horas às 11:30 horas.

5.3.6 Órgão Participante: Hospital Dr. José Pedro Bezerra, UASG 925778 – Endereço: Rua Araquari, s/n, conjunto Santa Catarina, Bairro Potengi, CEP 59.110-390, Natal-RN (Obs: a entrega será realizada na Central de Abastecimento Farmacêutico e o acesso é realizado pela parte de trás do hospital). Horário de entrega do material ou execução dos serviços: 08:00 às 17:00 de segunda a sexta-feira, exceto feriados.

5.3.7. No caso de produtos com prazo de validade, esta da entrega por ocasião da entrega do objeto, o mesmo deverá apresentar os seguintes critérios de validade:

5.3.7.1. Quando a validade for superior a 24 (vinte e quatro) meses: validade mínima de 60% (sessenta por cento) a partir da data de fabricação; e

5.3.7.2. Quando a validade for igual ou inferior a 24 (vinte e quatro) meses: validade mínima de 75% (setenta e cinco por cento) a partir da data de fabricação.

Garantia, manutenção e assistência técnica

5.4. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

Fiscalização Técnica

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.8. O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.9. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.10. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.11. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.12. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

Fiscalização Administrativa

6.13. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.14. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.15. Além do disposto acima, a fiscalização contratual obedecerá às seguintes rotinas:

6.15.1. O recebimento de material ocorrerá definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais.

Gestor do Contrato

6.16. Cabe ao gestor do contrato:

6.16.1. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.16.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.16.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.16.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.16.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.16.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.16.7. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

a) der causa à inexecução parcial do contrato;

- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

7.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

7.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

7.2.4. Multa:

7.2.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 60 (sessenta) dias

7.2.4.2. Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de 24% (vinte e quatro por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.

7.2.4.3. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de 18% (dezoito por cento) a 24% (vinte e quatro por cento) do valor da contratação.

7.2.4.4. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de 12% (doze por cento) a 18% (dezoito por cento) do valor da contratação.

7.2.4.5. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de 06% (seis por cento) a 12% (doze por cento) do valor da contratação.

7.2.4.6. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de 01% (um por cento) a 05% (cinco por cento) do valor da contratação.

7.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

7.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

7.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

7.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

7.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 08 (oito) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

7.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

7.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

7.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

7.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

7.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

7.9.2. as peculiaridades do caso concreto;

7.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

7.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

7.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

7.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

7.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

7.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

7.12.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

7.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

8.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

8.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 (dez) úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

8.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 05 (cinco) dias úteis.

8.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

8.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontestada da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.7. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

8.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

8.9. As atividades de montagem, instalação e quaisquer outras necessárias para o funcionamento ou uso do bem correrão por conta do Contratado e são condição para o recebimento do objeto.

Liquidação

8.10. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

- 8.11. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 8.12. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:
- 8.12.1. o prazo de validade;
 - 8.12.2. a data da emissão;
 - 8.12.3. os dados do contrato e do órgão contratante;
 - 8.12.4. o período respectivo de execução do contrato;
 - 8.12.5. o valor a pagar; e
 - 8.12.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.
- 8.13. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;
- 8.14. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 8.15. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:
- 8.15.1 verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;
 - 8.15.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.
- 8.16. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.
- 8.17. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 8.18. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.
- 8.19. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

- 8.20. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

8.21. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA de correção monetária.

Forma de pagamento

8.22. pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

8.23. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.24. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.25. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.[A5]

8.26. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Cessão de Crédito

8.38. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.

8.38.1. A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

8.38.2. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

8.38.3. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

8.38.4. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

8.39. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

Reajuste

8.40. Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 15/01/2026.

8.41. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

8.42. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.43. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

8.44. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

8.45. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

8.46. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

8.47. O reajuste será realizado por apostilamento.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

Forma de fornecimento

9.2. O fornecimento do objeto será integral.

Exigências de habilitação

9.3. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

9.4. pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.5. empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.6. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.7. sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.8. sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

9.9. sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.10. filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.11. sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.12. Autorização de Funcionamento (AFE) vigente, emitida pela ANVISA, para os produtos abrangidos pela RDC nº 16, de 1º de abril de 2014, da ANVISA; e a Licença Sanitária Estadual ou Municipal vigente.

9.13. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.14. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.15. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

9.16. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.17. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.18. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.19. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.20. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.21. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Técnica

9.22. Autorização de Funcionamento (AE) vigente, emitida pela ANVISA, para os produtos abrangidos pelo art. 3º da RDC nº 16, de 1º de abril de 2014, da ANVISA.

9.23. A contratada deverá apresentar a Declaração do Detentor de Registro (DDR), na forma da RDC 81, de 5 de novembro de 2018 e RDC 103, de 31 de agosto de 2016, quando for o caso de importação de medicamento feita por um terceiro e não pelo detentor do registro do medicamento na Anvisa.

Disposições gerais sobre habilitação

9.24. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.25. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.26. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.27. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.28. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O custo estimado da contratação possui caráter sigiloso e será tornado público apenas e imediatamente após o julgamento das propostas.

10.1.1. Quando as propostas permanecerem com preços acima do orçamento estimado, o custo estimado da contratação será tornado público após a fase de lances.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. A indicação da dotação orçamentária fica postergada para o momento da assinatura do contrato ou instrumento equivalente.

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas [exceto o custo estimado da contratação, que possui caráter sigiloso até o julgamento das propostas].

12.2. Integram este Termo, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

12.2.1. Anexo I - (Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato);

12.2.2. Anexo II - (Termo de Ciência e Concordância).

12.3. Integram este Termo, para todos os fins e efeitos, o seguinte apêndice:

12.3.1. Apêndice I - Tabela Consolidada de Itens

13. ANEXO I Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato

(Compra com entrega imediata e integral de bens adquiridos, sem previsão de obrigações futuras, inclusive quanto à assistência técnica, independentemente do valor - art. 95, inciso II, da Lei n. 14.133 /2021)

1. FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

1.1. O adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco) dias, contado a partir da data de sua convocação, para aceitar o instrumento equivalente ao contrato (Nota de Empenho), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas.

1.2. O prazo poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

1.3. O aceite do instrumento equivalente pelo adjudicatário implica no reconhecimento de que:

1.3.1. referido instrumento substitui o termo de contrato, sendo-lhe aplicáveis as disposições da Lei nº 14.133/2021;

1.3.2. o Contratado se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Edital, no Termo de Referência e em seus anexos, conforme Termo de Ciência e Concordância (Anexo II).

2. VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é aquele estabelecido no Termo de Referência, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021, conforme o subitem 1.4 do TR (90 dias contados da confirmação do recebimento da nota de empenho).

2.2. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do Contratado, previstas neste instrumento.

3. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

3.1. São obrigações do Contratante:

- 3.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o Termo de Referência e seus anexos;
- 3.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- 3.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;
- 3.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução contratual e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
- 3.1.5. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no Termo de Referência e neste Anexo;
- 3.1.6. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e no Termo de Referência;
- 3.1.7. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
- 3.1.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução contratual, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
 - 3.1.8.1. A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- 3.1.9. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo Contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

3.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto contratual, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

4. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

4.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes do Termo de Referência e deste Anexo, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

- 4.1.1. Entregar o objeto acompanhado da (Bula), com uma versão em português;
- 4.1.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor;
- 4.1.3. Comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 4.1.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor contratuais ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- 4.1.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal contratual, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

- 4.1.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 4.1.7. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o Contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização contratual, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:
- 4.1.7.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
 - 4.1.7.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
 - 4.1.7.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do Contratado;
 - 4.1.7.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e
 - 4.1.7.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
- 4.1.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante e não poderá onerar o objeto da contratação;
- 4.1.9. Manter, durante toda a vigência da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou para qualificação na contratação direta;
- 4.1.10. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência da execução do objeto;
- 4.1.11. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 4.1.12. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;
- 4.1.13. Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho ;
- 4.1.14. Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;
- 4.1.15. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação pertinente;
- 4.1.16. Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;
- 4.1.17. Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho.
- ## 5. DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

5.1. A contratação será extinta quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

5.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para a contratação.

5.3. Quando a não conclusão do objeto referida no item anterior decorrer de culpa do Contratado:

5.3.1. ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

5.3.2. poderá a Administração optar pela extinção contratual e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

5.4. A contratação poderá ser extinta antes de cumpridas as obrigações nela estipuladas, ou antes do prazo fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

5.4.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

5.4.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o objeto.

5.4.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

5.5. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

5.5.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

5.5.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

5.5.3. Indenizações e multas.

5.6. A extinção contratual não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

5.7. A contratação poderá ser extinta caso se constate que o Contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação, ou atue na fiscalização ou na gestão contratuais, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

6. DOS CASOS OMISSOS

6.1. Os casos omissos serão decididos pelo Contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

7. ALTERAÇÕES

7.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da contratação.

7.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

7.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do Contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

7.5. Registros que não caracterizam alterações contratuais podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. FORO

8.1. Fica definido o Foro da Justiça Federal no Estado do Ceará, Seção Judiciária de Fortaleza para dirimir os litígios que decorrerem da execução contratual que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

14. ANEXO II TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

Por meio deste instrumento, (identificar o Contratado) declara que está ciente e concorda com as disposições e obrigações previstas no Edital, no Termo de Referência e nos demais anexos a que se refere o Pregão nº...../2026, bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de contratação.

Fortaleza-CE, de de 2026.

(Nome e Cargo do Representante Legal)

15. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

HELAINÉ CRISTINA ALVES DE VASCONCELOS

Membro da Equipe de Planejamento da Contratação



Assinou eletronicamente em 30/04/2026 às 08:04:57.

ANA CAROLINA VALE D ALESSANDRO BARBOSA

Membro da equipe de planejamento da contratação



Assinou eletronicamente em 29/04/2026 às 15:55:43.

Despacho: Em conformidade com a legislação que rege o tema, encaminho à autoridade competente.

TIAGO SOARES BISOGNO

Presidente da equipe de planejamento da contratação



Assinou eletronicamente em 29/04/2026 às 15:10:10.

Despacho: Aprovo o presente TR e autorizo a contratação. Encaminhe ao Setor de Aquisições, Licitações e Contratos (SALC) conforme proposto.

ANA ELIZABETH CAVALCANTI JORGE DE PAIVA

Autoridade competente



Assinou eletronicamente em 06/05/2026 às 14:15:52.

Anexo I - TERMO DE REFERÊNCIA NR 192/ 2025

Anexo ao TR:

- APÊNDICE I ao TR – Especificação dos quantitativos consolidados e estimativas de consumo individualizadas do Hospital Geral de Fortaleza e órgãos participantes



MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
HOSPITAL GERAL DE FORTALEZA
(Hospital Militar de Fortaleza / 1942)
HOSPITAL CAPITÃO MÉDICO METON DE ALENCAR

Quantitativos consolidados – IRP 03/2026 – PREGÃO ELETRÔNICO SRP 90006/2026

ITEM	CATMAT	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE MEDIDA	QUANT	ME / EPP	Margem Preferência (%)	
						Normal	Adicional
1.	335091	Acetilcisteína Dosagem: 100 mg/mL, Forma Farmacêutica: Solução Injetável	Ampola 3 Mililitro	2.040	S	5%	10%
2.	274806	Acetilcisteína Dosagem: 600 mg, Indicação: Pó Para Solução Oral	Envelope	8.900	S	5%	10%
3.	268370	Aciclovir Dosagem: 200 mg	Comprimido	3.850	S	5%	10%
4.	268374	Aciclovir Dosagem: 250 mg, Uso: Injetável	Frasco-Ampola	1.100	S	5%	10%
5.	268375	Aciclovir Dosagem: 50 mg/G, Uso: Creme	Bisnaga 10 Grama	350	S	5%	10%
6.	267502	Ácido Acetilsalicílico Dosagem: 100 M	Comprimido	11.500	S	5%	10%
7.	270965	Ácido Acetilsalicílico Dosagem: 100 mg, Tipo Uso: Tamponado	Comprimido	6.000	S	5%	10%
8.	267503	Ácido Fólico Dosagem: 5 mg	Comprimido	3.500	S	-	-
9.	338411	Ácido Zoledrônico Concentração: 4 mg, Forma Farmacêutica: Pó Liófilo P/ Injetável	Frasco-Ampola	200	S	5%	10%
10.	278281	Adenosina Dosagem: 3 mg/mL, Indicação: Solução Injetável	Ampola 2 Mililitro	1.100	S	5%	10%
11.	435951	Aflibercepte Concentração: 40 MG/ML, Forma Farmacêutica: Solução Injetável, Características Adicionais: C/ Sistema De Aplicação	Frasco 278 Microlitro	100	N	-	-
12.	276839	Água Destilada Aspecto Físico: Estéril E Aprotogênica	Ampola 10 Mililitro	266.663	S	-	-
13.	352317	Água Destilada Aspecto Físico: Estéril E Aprotogênica, Tipo Embalagem: Em Sistema Fechado	Frasco 1000 Mililitro	5.350	S	-	-

14.	352317	Água Destilada Aspecto Físico: Estéril E Apirogênica, Tipo Embalagem: Em Sistema Fechado	Frasco 500 Mililitro	5.755	S	-	-
15.	459822	Albendazol Concentração: 400 mg, Forma Farmaceutica: Comprimido Mastigável	Comprimido	6.800	S	5%	10%
16.	268376	Albumina Humana Concentração: 20%, Uso: Injetável	Frasco 50 Mililitro	2.200	N	-	-
17.	465319	Alfaepoetina Concentração: 4.000 UI, Forma Farmaceutica: Injetável	Frasco-Ampola	2.000	S	5%	10%
18.	449016	Alfaepoetina Concentração: 40.000 UI/ML, Forma Farmaceutica: Solução Injetável	Seringa	100	N	5%	10%
19.	436418	Alteplase Concentração: 50 mg, Forma Farmacêutica: Pó Liófilo P/ Injetável + Diluente	Frasco-Ampola	80	N	-	-
20.	292402	Aminofilina Dosagem: 24 mg/mL, Forma Farmacêutica: Solução Injetável	Ampola 10 Mililitro	900	S	5%	10%
21.	271710	Amiodarona Dosagem: 50mg/ML, Indicação: Injetável	Ampola 3 Mililitro	3.000	S	-	-
22.	267512	Amitriptilina Cloridrato Dosagem: 25 M	Comprimido	1.700	S	5%	10%
23.	353333	Amoxicilina Princípio Ativo: Associada Com Clavulanato De Potássio, Concentração: 875mg + 125mg	Comprimido	7.000	S	5%	10%
24.	442689	Ampicilina Composição: Associada Ao Sulbactam, Concentração: 2 G + 1 G, Forma Farmaceutica: Pó P/ Solução Injetável	Frasco-Ampola	2.300	S	-	-
25.	268207	Ampicilina Dosagem: 1 G, Tipo Uso: Injetável	Frasco-Ampola	3.200	S	-	-
26.	332887	Anfotericina B Dosagem: 50 mg, Características Adicionais: Coloidal, Forma Farmacêutica: Pó Liófilo P/ Injetável	Frasco-Ampola	300	S	5%	10%
27.	268394	Anfotericina B Dosagem: 50 mg, Características Adicionais: Liposomal, Aplicação: Injetável	Frasco-Ampola	100	N	-	-
28.	379002	Anidulafungina Concentração: 100 mg, Forma Farmacêutica: Pó Liófilo P/ Injetável	Frasco-Ampola	150	S	5%	10%
29.	268896	Anlodipino Besilato Dosagem: 10 M	Comprimido	6.000	S	5%	10%
30.	272434	Anlodipino Besilato Dosagem: 5 M	Comprimido	4.500	S	5%	10%
31.	286278	Aripiprazol. Concentração: 30mg	Comprimido	600	S	5%	10%
32.	267516	Atenolol Dosagem: 25 M	Comprimido	4.500	S	5%	10%
33.	267517	Atenolol Dosagem: 50 M	Comprimido	3.500	S	5%	10%
34.	268080	Atorvastatina Cálcica Dosagem: 10 M	Comprimido	3.000	S	5%	10%
35.	268081	Atorvastatina Cálcica Dosagem: 20 M	Comprimido	3.000	S	5%	10%
36.	268214	Atropina Sulfato Dosagem: 0,25 mg/mL, Uso: Solução Injetável	Ampola 1 ML	5.010	S	5%	10%
37.	271051	Atropina Sulfato Dosagem: 10 mg/mL, Uso: Solução Oftálmica	Frasco 5	1.000	S	5%	10%
38.	268083	Azatioprina. Concentração: 50mg	Comprimido	2.500	S	-	-
39.	267140	Azitromicina Dosagem: 500 mg	Comprimido	6.500	S	5%	10%

40.	268952	Azitromicina Dosagem: 500 mg, Apresentação: Pó Liofilizado Para Solução Injetável	Frasco-Ampola	1.050	S	5%	10%
41.	327563	Azul de Trypan Concentração: 0,1% Forma Farmacêutica: Corante Intra-Ocular, Solução Injetável	Frasco 1 Mililitro	200	S	5%	10%
42.	470130	Beclometasona Dipropionato Composição: Assoc. C/ Brometo Glicopirrônio E Formoterol, Concentração: 100 + 12,5 + 6 Mcg/Dose, Forma Farmacêutica: Aerosol Oral, Característica Adicional: Com Inalador	Frasco 120 Doses	120	S	5%	10%
43.	267907	Beclometasona Dipropionato Dosagem: 400mcg/mL, Características Adicionais: Suspensão Para Inalação	Flaconete 2 ML	8.010	S	5%	10%
44.	270612	Benzilpenicilina Apresentação: Benzatina, Dosagem: 1.200.000ui, Uso: Injetável	Frasco-Ampola	1.950	S	-	-
45.	270590	Betametasona Composição: Dipropionato, Apresentação: Associada Com Betametasona Fosfato, Dosagem: 5mg + 2mg, Uso: Injetável	Ampola 1 ML	2.000	S	5%	10%
46.	284113	Betametasona Composição: Dipropionato, Apresentação: Associada Com Cetoconazol, Dosagem: 0,5mg + 20mg/G, Uso: Creme	Bisnaga 30 Grama	2.700	S	5%	10%
47.	268222	Bicarbonato De Sódio Dosagem: 8,4%, Uso: Solução Injetável	Ampola 10 Mililitro	6.500	S	5%	10%
48.	269603	Bisacodil Dosagem: 5 mg	Comprimido	3.900	S	5%	10%
49.	392403	Brimonidina Tartarato Concentração: 1 MG/ML, Forma Farmacêutica: Solução Oftálmica	Frasco 5 Mililitro	50	S	5%	10%
50.	270095	Bupivacaína Cloridrato Apresentação: Associada À Glicose, Dosagem: 0,5% + 8%, Tipo: Solução Injetável	Ampola 4 ML	5.500	S	-	-
51.	267613	Captopril Concentração: 25 mg	Comprimido	20.530	S	5%	10%
52.	282220	Carbacol Dosagem: 0,1 mg/mL, Tipo Uso: Solução Injetável Intra-Ocular	Frasco 2 Mililitro	150	S	5%	10%
53.	267618	Carbamazepina Dosagem: 200 mg	Comprimido	3.500	S	5%	10%
54.	268225	Carbonato De Cálcio Dosagem: 500 mg de Cálcio	Comprimido	3.000	S	-	-
55.	432635	Carboximaltose Férrica Concentração: 50 Mg/ML De Ferro Iii, Forma Farmacêutica: Solução Injetável	Ampola 10 ML	200	N	5%	10%
56.	446251	Carvão Ativado Forma Farmacêutica: Em Pó	Sachê 5 Grama	450	S	5%	10%
57.	267566	Carvedilol Dosagem: 3,125 mg	Comprimido	4.000	S	5%	10%
58.	267565	Carvedilol Dosagem: 6,25 mg	Comprimido	4.500	S	5%	10%
59.	267625	Cefalexina Dosagem: 500 mg	Comprimido	16.400	S	-	-
60.	460699	Cefalotina Sódica Concentração: 1 G, Forma Farmacêutica: Pó Liófilo P/ Injetável	Frasco-Ampola	5.500	S	-	-
61.	442693	Cefazolina Sódica Concentração: 1 G, Forma Farmacêutica: Pó P/ Solução Injetável	Frasco-Ampola	12.000	S	5%	10%
62.	339846	Cefepima Cloridrato Concentração: 1 G, Forma Farmacêutica: Pó Liófilo P/ Injetável	Frasco-Ampola	1.500	S	5%	10%
63.	339848	Cefepima Cloridrato Concentração: 2 G, Forma Farmacêutica: Pó Liófilo P/ Injetável, Características Adicionais: Sistema Fechado, Diluente Nacl 0,9%	Frasco-Ampola	2.000	S	5%	10%
64.	433101	Ceftarolina Composição: Fosamila, Concentração: 600 mg, Forma Farmacêutica: Pó P/ Preparação	Frasco-Ampola	240	S	5%	10%

		Extemporânea						
65.	456376	Ceftazidima Composição: Associado Ao Avibactam, Concentração: 2000 mg + 500 mg, Forma Farmacêutica: Injetável	Frasco-Ampola	1.200	N	5%		10%
66.	455737	Ceftolozana Composição: Associado Ao Tazobactam Sódico, Concentração: 1 G + 0,5 G, Forma Farmacêutica: Pó Liófilo P/ Injetável + Diluente	Frasco-Ampola	1.000	N	5%		10%
67.	442701	Ceftriaxona Sódica Concentração: 1 G, Forma Farmacêutica: Pó P/ Solução Injetável	Frasco-Ampola	13.222	S	5%		10%
68.	414435	Certolizumabe Pegol. Concentração: 200 mg. Forma Farmacêutica: Solução Injetável. Característica Adicional: Seringa Preenchida, Com Lenço Umídecido	Seringa	72	N	-		-
69.	483762	Cetoprofeno Concentração: 1 mg/mL, Forma Farmacêutica: Solução P/ Infusão	Bolsa 100 ML	3.300	S	5%		10%
70.	340105	Cetoprofeno Concentração: 100 mg, Forma Farmacêutica: Entérico	Comprimido	5.500	S	5%		10%
71.	448844	Cetoprofeno Concentração: 100 mg, Forma Farmacêutica: Pó Liófilo P/ Injetável	Frasco-Ampola	11.000	S	5%		10%
72.	272134	Ciclopentolato Concentração: 1%, Aplicação: Solução Oftálmica	Frasco 5 ML	100	S	5%		10%
73.	276378	Cilostazol Concentração: 100 mg	Comprimido	3.150	S	5%		10%
74.	292418	Ciprofloxacino Cloridrato Dosagem: 2 mg/mL, Apresentação: Solução Injetável	Bolsa 200 ML	5.500	S	5%		10%
75.	331158	Ciprofloxacino Cloridrato Dosagem: 3,5 mg/mL, Forma Farmacêutica: Solução Oftálmica	Frasco 5 ML	1.200	S	5%		10%
76.	267632	Ciprofloxacino Cloridrato Dosagem: 500 mg	Comprimido	4.900	S	5%		10%
77.	284102	Ciprofloxacino Cloridrato Princípio Ativo: Associada Com Dexametasona, Dosagem: 3,5 Mg + 1 mg/mL, Apresentação: Solução Oftálmica	Frasco 5 ML	1.210	S	5%		10%
78.	340178	Cisatracúrio Besilato Concentração: 2 mg/mL, Forma Farmacêutica: Solução Injetável	Ampola 10 ML	1.000	S	5%		10%
79.	340178	Cisatracúrio Besilato Concentração: 2 mg/mL, Forma Farmacêutica: Solução Injetável	Ampola 5 ML	2.150	S	5%		10%
80.	272903	Citalopram Dosagem: 20 mg	Comprimido	1.500	S	5%		10%
81.	292419	Clindamicina Dosagem: 150 mg/mL, Apresentação: Solução Injetável	Ampola 4 ML	15.000	S	5%		10%
82.	270120	Clonazepam Dosagem: 2,5 mg/mL, Apresentação: Solução Oral - Gotas	Frasco 20 ML	500	S	5%		10%
83.	272043	Clonidina Cloridrato Concentração: 0,1 mg	Comprimido	6.200	S	-		-
84.	272044	Clonidina Cloridrato Concentração: 0,15 mg	Comprimido	3.000	S	5%		10%
85.	340206	Clonidina Cloridrato Concentração: 0,15 mg/mL, Forma Farmacêutica: Solução Injetável	Ampola 1 ML	1.420	S	5%		10%
86.	272045	Clopidogrel Dosagem: 75 mg	Comprimido	3.000	S	5%		10%
87.	363564	Cloreto De Cálcio Concentração: 100 mg/mL, Forma Farmacêutica: Solução Injetável, Característica Adicional: Medicamento Especialmente Manipulado	Ampola 10 ML	1.000	S	5%		10%
88.	393328	Cloreto De Potássio Concentração: 60 mg/mL, Forma Farmacêutica: Xarope	Frasco 150 ML	1.000	S	5%		10%
89.	267161	Cloreto De Potássio Dosagem: 10%, Apresentação: Solução Injetável	Ampola 10 ML	10.000	S	5%		10%
90.	448699	Cloreto De Sódio Concentração: 0,9 %, Forma Farmacêutica: Solução Injetável	Frasco 100 ML	145.300	N	5%		10%

91.	448699	Cloreto De Sódio Concentração: 0,9 %, Forma Farmaceutica: Solução Injetável	Frasco 1000 ML	10.000	N	5%	10%
92.	448699	Cloreto De Sódio Concentração: 0,9 %, Forma Farmaceutica: Solução Injetável	Frasco 250 ML	47.300	N	5%	10%
93.	448699	Cloreto De Sódio Concentração: 0,9 %, Forma Farmaceutica: Solução Injetável	Frasco 500 ML	95.000	N	5%	10%
94.	267574	Cloreto De Sódio Dosagem: 20%, Uso: Solução Injetável	Ampola 10 ML	10.000	S	5%	10%
95.	270020	Cloreto De Sódio Princípio Ativo: Associado Com Cloreto De Benzalcônio, Dosagem: 0,9% + 0,01%, Uso: Solução Nasal	Frasco 30 ML	200	S	5%	10%
96.	340207	Clorpromazina Concentração: 40 mg/mL, Forma Farmaceutica: Solução Oral - Gotas	Frasco 20 ML	220	S	5%	10%
97.	267635	Clorpromazina Dosagem: 25 mg	Comprimido	1.500	S	5%	10%
98.	268069	Clorpromazina Dosagem: 5 mg/mL, Apresentação: Solução Injetável	Ampola 5 ML	650	S	5%	10%
99.	272431	Clozapina Dosagem: 100 mg	Comprimido	1.500	S	5%	10%
100.	272782	Codeína Dosagem: 30 mg	Comprimido	1.500	S	-	-
101.	270495	Colagenase Apresentação: Associada Com Cloranfenicol, Concentração: 0,6ui + 1%, Uso: Pomada	Bisnaga 30 Grama	1.900	S	5%	10%
102.	267642	Colchicina Dosagem: 0,5 mg.	Comprimido	3.000	S	5%	10%
103.	438633	Colistimetato De Sódio Concentração: 1.000.000 UI, Forma Farmacêutica: Pó Liófilo P/ Injetável	Frasco-Ampola	250	S	-	-
104.	443579	Contraste não-iônico (de baixa osmolaridade) à base de iopamidol, solução injetável concentração 320 a 370/100 ml. Frasco de 50 ml para uso em tomografia computadorizada em sistema filing kit.	Frasco 50 ML	200	S	-	-
105.	342903	Contraste não-iônico (de baixa osmolaridade) à base de iopamidol, solução injetável concentração 350 a 370. Frasco de 100 ml para uso em tomografia computadorizada em sistema filing kit.	Frasco 100 ML	500	S	-	-
106.	434999	Contraste não-iônico (de baixa osmolaridade) à base de iopamidol, solução injetável concentração 300 a 350/100ml. Frasco de 50 ml para uso em tomografia computadorizada em sistema filing kit.I	Frasco 50ml	500	S	-	-
107.	373415	Daptomicina Concentração: 500 mg, Forma Farmacêutica: Pó Liófilo P/ Injetável	Frasco-Ampola	500	N	5%	10%
108.	276283	Deslanósido Dosagem: 0,2 mg/mL, Apresentação: Solução Injetável	Ampola 2 ML	550	S	5%	10%
109.	431717	Dexametasona Concentração: 0,7 mg, Forma Farmaceutica: Implante Oftálmico, Características Adicionais: C/ Sistema De Aplicação	Conjunto	50	N	-	-
110.	267187	Dexametasona Dosagem: 0,1%, Apresentação: Solução Oftálmica	Frasco 5 ML	1.470	S	-	-
111.	267644	Dexametasona Dosagem: 0,5 mg	Comprimido	2.000	S	-	-
112.	269388	Dexametasona Dosagem: 4 mg	Comprimido	7.500	S	-	-
113.	292427	Dexametasona Dosagem: 4 mg/mL, Forma Farmacêutica: Solução Injetável	Ampola 2,5 ML	25.000	S	-	-
114.	352204	Dexmedetomidina Cloridrato Concentração: 100 MCG/mL, Forma Farmaceutica: Solução Injetável	Ampola 2 ML	3.150	S	5%	10%
115.	396741	Dextrana Composição: Dextrana 70 Associada À Hipromelose, Concentração: 0,1% + 0,3%, Forma Farmaceutica: Solução Oftálmica	Frasco 15 ML	530	S	5%	10%
116.	267197	Diazepam Dosagem: 10 mg	Comprimido	3.500	S	-	-

117.	267194	Diazepam Dosagem: 5 mg/mL, Apresentação: Solução Injetável		Ampola 2 ML	3.410	S	-	-
118.	607946	Diclofenaco Composição: Sal Dietilamônio, Concentração: 20 MG/G, Forma Farmacêutica: Gel		Bisnaga 60 Gr	2.200	S	-	-
119.	272217	Difenidramina Cloridrato Concentração: 50mg/mL, Uso: Solução Injetável		Ampola 1 ML	500	S	5%	10%
120.	272333	Dimenidrinato Apresentação: Associado Com Piridoxina Cloridrato, Dosagem: 50mg + 10mg		Comprimido	1.000	S	5%	10%
121.	273818	Diosmina Composição: Associada À Hesperidina, Concentração: 450mg + 50mg		Comprimido	1.000	S	5%	10%
122.	267203	Dipirona Sódica Dosagem: 500 mg		Comprimido	16.500	S	5%	10%
123.	268252	Dipirona Sódica Dosagem: 500 mg/mL, Apresentação: Solução Injetável		Ampola 2 ML	66.500	S	5%	10%
124.	267205	Dipirona Sódica Dosagem: 500 mg/mL, Apresentação: Solução Oral (Gotas)		Frasco 10 ML	6.700	S	5%	10%
125.	352912	Divalproato De Sódio Concentração: 500 mg, Forma Farmacêutica: Liberação Prolongada		Comprimido	1.500	S	5%	10%
126.	268446	Dobutamina Cloridrato Dosagem: 12,5 mg/mL, Indicação: Injetável		Ampola 20 ML	2.000	S	5%	10%
127.	269962	Domperidona Dosagem: 10 mg		Comprimido	3.500	S	5%	10%
128.	268960	Dopamina Dosagem: 5 mg/mL, Apresentação: Solução Injetável		Ampola 10 ML	2.000	S	5%	10%
129.	302443	Duloxetina 60mg, Forma Farmacêutica: Comprimido		Comprimido	3.000	S	5%	10%
130.	302442	Duloxetina Concentração: 30 mg, Forma Farmacêutica: Microgrânulos De Liberação Lenta		Cápsula	600	S	5%	10%
131.	267651	Enalapril Maleato Dosagem: 10 mg		Comprimido	5.500	S	5%	10%
132.	448982	Enoxaparina Concentração: 100 mg/mL, Forma Farmaceutica: Solução Injetável, Características Adicionais 1: Seringa Preenchida		Seringa 0,2 ML	2.500	S	5%	10%
133.	448982	Enoxaparina Concentração: 100 mg/mL, Forma Farmaceutica: Solução Injetável, Características Adicionais 1: Seringa Preenchida		Seringa 0,4 ML	7.700	N	5%	10%
134.	448982	Enoxaparina Concentração: 100 mg/mL, Forma Farmaceutica: Solução Injetável, Características Adicionais 1: Seringa Preenchida		Seringa 0,6 ML	2.000	S	5%	10%
135.	268255	Epinefrina Dosagem: 1mg/mL, Uso: Solução Injetável		Ampola 1 ML	5.510	S	5%	10%
136.	274149	Ertapenem Sódico Dosagem: 1 G, Apresentação: Injetável		Frasco-Ampola	520	N	5%	10%
137.	602763	Escetamina Concentração: 50 mg/mL, Forma Farmacêutica: Solução Injetável		Frasco 10 ML	1.400	N	-	-
138.	480856	Escitalopram Oxalato Concentração: 10 mg, Forma Farmaceutica: Orodispersível		Comprimido	2.000	S	5%	10%
139.	480857	Escitalopram Oxalato Concentração: 20 mg, Forma Farmaceutica: Orodispersível		Comprimido	2.000	S	5%	10%
140.	270620	Escopolamina Butilbrometo Apresentação: Associada Com Dipirona Sódica, Dosagem: 10mg + 250mg		Comprimido	7.500	S	5%	10%
141.	270621	Escopolamina Butilbrometo Apresentação: Associada Com Dipirona Sódica, Dosagem: 4mg + 500mg/ML, Indicação: Solução Injetável		Ampola 5 ML	11.400	S	5%	10%
142.	270622	Escopolamina Butilbrometo Apresentação: Associada Com Dipirona Sódica, Dosagem: 6,67mg + 333mg/ML, Indicação: Solução Oral		Frasco 20 ML	1.100	S	5%	10%
143.	267282	Escopolamina Butilbrometo Dosagem: 20 mg/mL, Indicação: Solução Injetável		Ampola 1 ML	5.500	S	5%	10%

144.	272194	Esmolol Cloridrato Dosagem: 10 mg/mL, Indicação: Injetável	Ampola 10 ML	200	S	5%	10%
145.	272193	Esmolol Cloridrato Dosagem: 250 mg/mL, Indicação: Injetável	Ampola 10 ML	200	S	5%	10%
146.	354515	Esomeprazol Composição: Sal Sódico, Concentração: 40 mg, Forma Farmacêutica: Pó Liófilo P/ Injetável	Frasco-Ampola	5.000	S	5%	10%
147.	267654	Espironolactona Dosagem: 100 mg	Comprimido	1.200	S	5%	10%
148.	267653	Espironolactona Dosagem: 25 mg	Comprimido	5.000	S	5%	10%
149.	466368	Esopiclona 3mg, Forma Farmacêutica: Comprimido	Comprimido	1.000	S	5%	10%
150.	282580	Etanolamina Oleato Concentração: 5%, Tipo Uso: Solução Injetável	Ampola 2 ML	212	S	5%	10%
151.	272198	Etilefrina Cloridrato Composição: 10mg/ML, Apresentação: Injetável	Ampola 1 ML	2.000	S	5%	10%
152.	270116	Etomidato Dosagem: 2 mg/mL, Apresentação: Solução Injetável	Ampola 10 ML	1.200	S	5%	10%
153.	468315	Extensor espiralado infusão vascular, tipo p/ bomba injetora contraste, 1 via, material polímero, comprimento cerca 150 cm, calibre cerca 12 french, tipo conexão luer lock/ slip, pressão máxima alta pressão até 1200 psi, tipo uso estéril, uso único.	Unidade	1.000	S	-	-
154.	271790	Fenilefrina Cloridrato Concentração: 10%, Indicação: Solução Oftálmica	Frasco 5 ML	610	S	5%	10%
155.	267657	Fenitoína Sódica Dosagem: 100 mg	Comprimido	1.600	S	5%	10%
156.	267107	Fenitoína Sódica Dosagem: 50 mg/mL, Apresentação: Solução Injetável	Ampola 5 ML	3.000	S	5%	10%
157.	300725	Fenobarbital Sódico Dosagem: 100 MG/ML, Forma Farmacêutica: Solução Injetável	Ampola 2 ML	1.000	S	-	-
158.	428076	Fenoterol Bromidrato Composição: Associado Com Ipratrópio Brometo, Concentração: 0,05mg + 0,02mg/Dose, Forma Farmacêutica: Aerosol Oral	Frasco 10 ML	200	S	5%	10%
159.	396471	Fenoterol Bromidrato Concentração: 5 mg/mL, Forma Farmacêutica: Solução Oral	Frasco 20 ML	500	S	5%	10%
160.	271950	Fentanila Apresentação: Sal Citrato, Dosagem: 0,05 mg/mL, Indicação: Solução Injetável	Ampola 2 ML	3.510	S	5%	10%
161.	271950	Fentanila Apresentação: Sal Citrato, Dosagem: 0,05 mg/mL, Indicação: Solução Injetável	Frasco 10 ML	11.444	S	5%	10%
162.	448616	Ferro Iii Concentração: 20 mg/mL, Forma Farmacêutica: Solução Injetável	Ampola 5 ML	2.000	S	5%	10%
163.	415181	Filme radiográfico para Mamografia 25x30 cm - para impressão térmica a seco, compatível impressora modelo Drystar 5503 AGFA, caixa com 100(cent) películas.	Caixa 100 Unidade	300	N	-	-
164.	415182	Filme radiográfico para Raio -X 20x25 cm - para impressãotérmica a seco, compatível impressora modelo Drystar 5503 AGFA, caixa com 100 (cem) películas	Caixa 100 Unidade	200	S	-	-
165.	415184	Filme radiográfico para Raio -X 28x35 cm - para impressão térmica a seco, compatível impressora modelo Drystar 5503 AGFA, caixa com 100 (cem) películas	Caixa 100 Unidade	200	N	-	-
166.	415613	Filme radiográfico para Raio -X 35x43 cm - para impressão térmica a seco, compatível impressora modelo Drystar 5503AGFA, caixa com 100 (cem) películas.	Caixa 100 Unidade	200	N	-	-
167.	292399	Fitomenadiona Dosagem: 10 mg/mL, Apresentação: Solução Injetável	Ampola 1 Mililitro	5.500	S	-	-

168.	267662	Fluconazol Dosagem: 150 mg		Cápsula	2.000	S	5%	10%
169.	271116	Fluconazol Dosagem: 2 mg/mL, Uso: Injetável		Frasco 100 Mililitro	2.450	S	5%	10%
170.	272944	Fluoresceína Concentração: 1%, Aplicação: Solução Oftálmica		Frasco 3 ML	210	S	-	-
171.	448564	Fluticasona Composição: Fluorato, Associado Ao Vilanterol, Concentração: 100 mcg/Dose + 25 mcg/Dose, Forma Farmacêutica: Pó Para Inalação		Embalagem 30 Doses	60	S	5%	10%
172.	387340	Formoterol Fumarato Composição: Associado Com Budesonida, Concentração: 12 mcg + 400mcg/Dose, Forma Farmacêutica: Cápsula Pó Inalante, Características Adicionais: Com Frasco Inalador		Frasco 60 (Doses)	600	S	5%	10%
173.	313689	Fosfato De Potássio Composição: Monobásico E Dibásico, Concentração: 2 meq/mL, Forma Farmacêutica: Solução Injetável		Ampola 10 ML	1.100	S	5%	10%
174.	267328	Fosfato De Sódio Apresentação: Enema, Dosagem: Fosfato Monobásico 16% + Fosfato Dibásico 6%		Frasco 130 ML	700	S	5%	10%
175.	267666	Furosemida Composição: 10 mg/mL, Apresentação: Solução Injetável		Ampola 2 ML	13.000	S	5%	10%
176.	267663	Furosemida Dosagem: 40 mg		Comprimido	6.900	S	5%	10%
177.	295266	Glicerofosfato De Sódio Concentração: 216 mg/mL, Forma Farmacêutica: Solução Injetável		Frasco 20 Mililitro	500	S	5%	10%
178.	442754	Gliclazida Concentração: 30 mg, Forma Farmacêutica: Liberação Prolongada		Comprimido	1.200	S	5%	10%
179.	270019	Gliconato De Cálcio Dosagem: 10%, Apresentação: Solução Injetável		Ampola 10 ML	10.000	S	-	-
180.	274227	Glicosamina Composição: Associada Com Condroitina, Em Sais Sulfatos, Concentração: 500mg + 400mg		Cápsula	300	S	5%	10%
181.	267540	Glicose Concentração: 25%, Indicação: Solução Injetável		Ampola 10 ML	5.000	S	5%	10%
182.	270092	Glicose Concentração: 5%, Indicação: Solução Injetável, Características Adicionais: Sistema Fechado		Frasco 250 ML	9.000	S	5%	10%
183.	270092	Glicose Concentração: 5%, Indicação: Solução Injetável, Características Adicionais: Sistema Fechado		Frasco 500 ML	10.973	S	5%	10%
184.	267541	Glicose Concentração: 50%, Indicação: Solução Injetável		Ampola 10 ML	65.910	S	5%	10%
185.	458853	Guselcumabe Concentração: 100mg/ml, Forma Farmacêutica: Solução Injetável, Adicional: Seringa Preenchida		Seringa 1 ML	15	N	-	-
186.	292195	Haloperidol Concentração: 2 mg/mL, Tipo Uso: Solução Oral-Gotas		Frasco 20 ML	260	S	5%	10%
187.	292196	Haloperidol Concentração: 5 mg/mL, Tipo Uso: Solução Injetável		Ampola 1 ML	1.310	S	5%	10%
188.	272796	Heparina Sódica Dosagem: 5.000ui/ML, Indicação: Injetável		Ampola 0,25 ML	5.000	S	-	-
189.	272796	Heparina Sódica Dosagem: 5.000ui/ML, Indicação: Injetável		Frasco 5 ML	800	S	-	-
190.	290992	Hialuronidase Concentração: 2000 UTR, Forma Farmacêutica: Injetável		Frasco-Ampola	100	S	5%	10%
191.	268111	Hidralazina Dosagem: 25 mg		Comprimido	13.000	S	5%	10%
192.	270220	Hidrocortisona Princípio Ativo: 100mg, Apresentação: Injetável		Frasco-Ampola	13.350	S	-	-

193.	270219	Hidrocortisona Princípio Ativo: 500mg, Apresentação: Injetável		Frasco-Ampola	2.110	S	-	-
194.	267270	Hidróxido De Alumínio Indicação: 62mg/ML, Apresentação: Suspensão Oral		Frasco 100 ML	700	S	5%	10%
195.	448711	Hilano Composição: G-F 20, Concentração: 8 MG/ML, Forma Farmaceutica: Solução Injetável Intra-Articular, Características Adicionais: Seringa Preenchida		Seringa 6 ML	360	N	5%	10%
196.	268490	Imunoglobulina Humana Tipo: Anti Rho(D), Dosagem: 250 MCG, Apresentação: Solução Injetável		Ampola 2 ML	266	S	-	-
197.	443644	Imunoglobulina Humana Tipo: Normal, Concentração: 50 MG/ML, Forma Farmaceutica: Solução Injetável		Frasco 100 ML	50	N	-	-
198.	271157	Insulina Origem: Humana, Tipo: Nph, Dosagem: 100u/ML, Aplicação: Injetável		Frasco 10 ML	800	S	5%	10%
199.	271154	Insulina Origem: Humana, Tipo: Regular, Dosagem: 100u/ML, Aplicação: Injetável		Frasco 10 ML	800	N	5%	10%
200.	396051	Insulina Tipo: Aspart, Concentração: 100 UI/mL, Forma Farmaceutica: Solução Injetável, Característica Adicional: Com Aplicador		Tubete 3 ML	1.100	S	5%	10%
201.	433218	Insulina Tipo: Degludeca, Concentração: 100 UI/ml, Forma Farmaceutica: Solução Injetável, Característica Adicional: Com Aplicador		Tubete 3 ML	300	S	5%	10%
202.	438153	Insulina Tipo: Glargina, Concentração: 100 UI/ML, Forma Farmaceutica: Solução Injetável, Característica Adicional: Refil		Tubete 3 ML	340	S	5%	10%
203.	276233	Insulina Tipo: Lispro, Concentração: 100 UI/mL, Forma Farmaceutica: Solução Injetável, Característica Adicional: Com Aplicador		Tubete 3 ML	400	S	5%	10%
204.	461988	Iodopovidona (PvpI) Concentração: 5%, Forma Farmaceutica: Solução Oftálmica, Características Adicionais: Medicamento Especialmente Manipulado		Frasco 5 ML	250	S	5%	10%
205.	268331	Ipratrópio Brometo Dosagem: 0,25 mg/mL, Uso: Solução Para Inalação		Frasco 20 ML	700	S	5%	10%
206.	273396	Isossorbida Princípio Ativo: Sal Dintrato, Dosagem: 10 mg		Comprimido	2.500	S	5%	10%
207.	273395	Isossorbida Princípio Ativo: Sal Dintrato, Dosagem: 5 mg, Tipo Medicamento: Sublingual		Comprimido	3.200	S	5%	10%
208.	273400	Isossorbida Princípio Ativo: Sal Mononitrato, Dosagem: 20 mg		Comprimido	2.200	S	5%	10%
209.	272809	Lamotrigina Dosagem: 100 M Comprimido		Comprimido	3.000	S	5%	10%
210.	305264	Levobupivacaína Cloridrato Composição: Associada Com Epinefrina Bitartrato, Concentração: 0,5% + 9,1mcg/mL, Forma Farmacêutica: Solução Injetável		Frasco 20 ML	300	S	5%	10%
211.	268472	Levobupivacaína Cloridrato Dosagem: 0,5% Isobárica, Apresentação: Injetável		Frasco 20 ML	300	S	5%	10%
212.	268471	Levobupivacaína Cloridrato Dosagem: 0,5% Sem Vasoconstritor, Apresentação: Injetável		Frasco 20 ML	300	S	5%	10%
213.	288785	Levobupivacaína Cloridrato Dosagem: 0,75% Sem Vasoconstritor, Apresentação: Injetável		Frasco 20 ML	2.000	S	5%	10%
214.	295856	Levonorgestrel Concentração: 52 mg, Características Adicionais: Sistema Intra-Uterino, Com Insertor		Unidade	120	N	5%	10%
215.	268124	Levotiroxina Sódica Dosagem: 25 mcg		Comprimido	3.000	S	-	-
216.	269852	Lidocaína Cloridrato Composição: Associada Com Epinefrina, Dosagem: 2% + 1:200.000, Apresentação: Injetável		Frasco 20 ML	4.050	S	-	-

217.	269846	Lidocaína Cloridrato Dosagem: 2%, Apresentação: Geléia		Bisnaga 30 Grama	1.700	S	-	-
218.	269846	Lidocaína Cloridrato Dosagem: 2%, Apresentação: Geléia		Bisnaga 10 Grama	200	S	-	-
219.	269843	Lidocaína Cloridrato Dosagem: 2%, Apresentação: Injetável		Frasco 20 ML	5.300	S	-	-
220.	407328	Lisdexanfetamina Dimesilato Concentração: 30mg		Cápsula	1.400	S	5%	10%
221.	273264	Loperamida Cloridrato Concentração: 2mg		Comprimido	3.000	S	-	-
222.	273466	Loratadina Concentração: 10mg		Comprimido	6.100	S	5%	10%
223.	293981	Macrogol Princípio Ativo: Macrogol 3350, Composição: Bicarbonato De Sódio, Cloretos De Sódio E Potássio, Concentração: 13,125 G + 177,5 Mg + 46,6 Mg + 350,7 mg, Forma Farmacêutica: Pó Para Preparação Extemporânea		Sachê 14 Grama	500	S	5%	10%
224.	399922	Manitol Composição: Associado Ao Sorbitol, Concentração: 5,4 mg + 27 mg/mL, Forma Farmaceutica: Solução Injetável, Característica Adicional: Sistema Fechado		Frasco 1000 ML	200	S	5%	10%
225.	299675	Manitol Dosagem: 20%, Forma Farmacêutica: Solução Injetável, Características Adicionais: Sistema Fechado		Bolsa 250 ML	2.100	S	-	-
226.	268488	Meropenem Dosagem: 1 g, Apresentação: Injetável		Frasco-Ampola	14.500	N	5%	10%
227.	397598	Metformina Cloridrato Composição: Associada À Vildagliptina, Concentração: 850mg + 50mg		Comprimido	1.080	S	5%	10%
228.	267690	Metformina Cloridrato Dosagem: 500 mg		Comprimido	6.800	S	5%	10%
229.	273694	Metilcelulose Concentração: 2%, Tipo Medicamento: Solução Intra-Ocular		Seringa 1,5 ML	2.000	S	5%	10%
230.	358569	Metilcelulose Concentração: 4%, Forma Farmaceutica: Solução Intra-Ocular		Seringa 1,5 ML	2.000	S	5%	10%
231.	267689	Metildopa Dosagem: 250 mg		Comprimido	13.200	S	5%	10%
232.	268264	Metilergometrina Maleato Dosagem: 0,2 mg/mL, Indicação: Solução Injetável		Ampola 1 ML	850	S	5%	10%
233.	433691	Metilfenidato Cloridrato Concentração: 10mg, Forma Farmaceutica: Microgrânulos De Liberação Modificada		Comprimido	3.000	S	5%	10%
234.	271600	Metilprednisolona Princípio Ativo: Sal Succinato, Dosagem: 125 mg, Apresentação: Pó Liofilizado + Diluente, Injetável		Frasco-Ampola	600	S	5%	10%
235.	271599	Metilprednisolona Princípio Ativo: Sal Succinato, Dosagem: 500 mg, Apresentação: Pó Liofilizado + Diluente, Injetável		Frasco-Ampola	500	S	5%	10%
236.	267310	Metoclopramida Cloridrato Dosagem: 5 mg/mL, Apresentação: Solução Injetável		Ampola 2 ML	2.700	S	5%	10%
237.	345259	Metoprolol Concentração: 1 mg/mL, Forma Farmaceutica: Solução Injetável		Ampola 5 ML	600	S	5%	10%
238.	276656	Metoprolol Princípio Ativo: Sal Succinato, Dosagem: 25 mg, Apresentação: Liberação Controlada		Comprimido	4.000	S	5%	10%
239.	276657	Metoprolol Princípio Ativo: Sal Succinato, Dosagem: 50 mg, Apresentação: Liberação Controlada		Comprimido	2.000	S	5%	10%
240.	267717	Metronidazol Dosagem: 250 mg		Comprimido	6.100	S	-	-

241.	268498	Metronidazol Dosagem: 5mg/mL, Apresentação: Solução Injetável	Frasco 100 ML	19.000	N	-	-
242.	448579	Micofenolato Composição: Mofetila, Concentração: 500mg	Comprimido	1.200	S	5%	10%
243.	268162	Miconazol Nitrato Dosagem: 2%, Apresentação: Creme Vaginal	Bisnaga 80 Grama	1.650	S	-	-
244.	268482	Midazolam Dosagem: 1 mg/mL, Aplicação: Injetável	Ampola 5 ML	1.000	S	5%	10%
245.	268481	Midazolam Dosagem: 5 mg/mL, Aplicação: Injetável	Ampola 10 ML	10.010	S	5%	10%
246.	304872	Morfina Apresentação: Sulfato, Concentração: 0,2mg/mL, Forma Farmacêutica: Solução Injetável	Ampola 1 ML	5.000	S	5%	10%
247.	304871	Morfina Apresentação: Sulfato, Concentração: 10mg/mL, Forma Farmacêutica: Solução Injetável	Ampola 1 ML	6.200	S	5%	10%
248.	304870	Morfina Apresentação: Sulfato, Concentração: 1mg/mL, Forma Farmacêutica: Solução Injetável	Ampola 2 ML	2.000	S	5%	10%
249.	305325	Moxifloxacino Dosagem: 1,6 mg/mL, Forma Farmacêutica: Solução Injetável	Bolsa 250 ML	200	S	5%	10%
250.	288300	Moxifloxacino Dosagem: 5 MG/ML, Apresentação: Solução Oftálmica	Frasco 5 ML	200	S	5%	10%
251.	440055	Mucopolissacarídeo Composição: Polissulfato, Concentração: 5 mg/g, Forma Farmacêutica: Gel	Bisnaga 40 Grama	1.000	S	5%	10%
252.	273455	Mupirocina Concentração: 20 mg/g, Uso: Creme	Bisnaga 15 Grama	550	S	5%	10%
253.	273167	Neomicina Composição: Associada Com Bacitracina, Concentração: 5mg + 250ui/g, Tipo Medicamento: Pomada	Bisnaga 15 Grama	5.900	S	5%	10%
254.	273457	Neostigmina Metilsulfato Dosagem: 0,5 mg/mL, Apresentação: Solução Injetável	Ampola 1 ML	1.600	S	5%	10%
255.	267728	Nifedipino Dosagem: 10 mg	Cápsula	5.000	S	-	-
256.	428012	Nistatina Apresentação: Associada Com Óxido De Zinco, Concentração: 100.000ui + 200mg/g, Tipo Medicamento: Creme	Bisnaga 60 Grama	4.300	S	5%	10%
257.	267378	Nistatina Dosagem: 100.000 ui/mL, Apresentação: Suspensão Oral	Frasco 50 ML	400	S	5%	10%
258.	268970	Nitroglicerina Dosagem: 5 mg/mL, Aplicação: Injetável	Ampola 10 ML	450	S	-	-
259.	273719	Nitroprusseto De Sódio Dosagem: 50 mg, Tipo Medicamento: Injetável	Frasco-Ampola	850	S	5%	10%
260.	442584	Norepinefrina Concentração: 2 mg/mL, Forma Farmacêutica: Solução Injetável	Ampola 4 ML	17.000	S	5%	10%
261.	271606	Nortriptilina Cloridrato Dosagem: 25 mg	Cápsula	3.000	S	5%	10%
262.	268277	Ocitocina Dosagem: 5 UI/mL, Indicação: Solução Injetável	Ampola 1 ML	15.122	S	-	-
263.	305726	Octeotida Dosagem: 0,5 mg/mL, Forma Farmacêutica: Solução Injetável	Ampola 1 ML	214	S	-	-
264.	342979	Octeotida. Composição: Sal Acetato. Concentração: 10mg. Forma Farmaceutica: Pó Liófilo P/ Injetável. Característica Adicional: C/ Sistema de Aplicação	Frasco-Ampola	20	S	-	-
265.	342981	Octeotida. Composição: Sal Acetato. Concentração: 30mg. Forma Farmaceutica: Pó Liófilo P/ Injetável. Característica Adicional: C/ Sistema de Aplicação	Frasco-Ampola	40	N	-	-
266.	271621	Olanzapina Dosagem: 10 mg	Comprimido	3.000	S	5%	10%

267.	271620	Olanzapina Dosagem: 5 MG, Comprimido		Comprimido	3.000	S	5%	10%
268.	267712	Omeprazol Concentração: 20 mg		Cápsula	13.000	S	5%	10%
269.	460951	Omeprazol Concentração: 40 mg, Uso: Injetável		Frasco-Ampola	7.455	S	5%	10%
270.	268504	Ondansetrona Cloridrato Dosagem: 2 MG/ML, Indicação: Injetável		Ampola 4 ML	21.000	S	5%	10%
271.	268513	Oxacilina Dosagem: 500 mg, Composição: Injetável		Frasco-Ampola	9.000	S	-	-
272.	411397	Paliperidona Composição: Na Forma Palmitato, Concentração: 100 mg/ml, Forma Farmacêutica: Suspensão Injetável, Liberação Prolongada		Seringa 0,75 ML	100	N	5%	10%
273.	411397	Paliperidona Composição: Na Forma Palmitato, Concentração: 100 mg/ml, Forma Farmacêutica: Suspensão Injetável, Liberação Prolongada		Seringa 1 ML	100	N	5%	10%
274.	411397	Paliperidona Composição: Na Forma Palmitato, Concentração: 100 mg/ml, Forma Farmacêutica: Suspensão Injetável, Liberação Prolongada		Seringa 1,5 ML	100	N	5%	10%
275.	269567	Pancurônio Brometo Dosagem: 2 mg/mL, Apresentação: Solução Injetável		Ampola 2 ML	1.000	S	5%	10%
276.	352314	Pantoprazol Concentração: 40 mg, Forma Farmaceutica: Pó Lífilo P/ Injetável		Frasco-Ampola	5.598	S	5%	10%
277.	483776	Paracetamol Concentração: 10 mg/mL, Forma Farmaceutica: Injetável		Bolsa 100 ML	4.000	N	5%	10%
278.	267778	Paracetamol Dosagem Comprimido: 500 mg		Comprimido	8.000	S	5%	10%
279.	273939	Parecoxibe Sódico Dosagem: 40 mg, Aplicação: Injetável		Frasco-Ampola	1.000	S	5%	10%
280.	327699	Permanganato De Potássio Concentração: 100 mg		Comprimido	1.200	S	-	-
281.	271352	Pilocarpina Cloridrato Concentração: 1%, Indicação: Solução Oftálmica		Frasco 10 ML	200	S	-	-
282.	271725	Piperacilina Composição: Associada Com Tazobactama, Concentração: 4g + 500mg, Aplicação: Injetável		Frasco-Ampola	14.000	N	-	-
283.	434252	Pirfenidona. Concentração: 267mg		Cápsula	3.240	N	5%	10%
284.	448769	Poliestireno sulfonato Composição: De Cálcio, Concentração: 900 mg/g, Forma Farmaceutica: Pó P/ Suspensão Oral		Envelope	750	S	5%	10%
285.	392111	Pregabalina 150mg, Forma Farmacêutica: Comprimido		Comprimido	3.000	S	5%	10%
286.	388712	Pregabalina 75mg, Forma Farmacêutica: Comprimido		Comprimido	3.000	S	5%	10%
287.	449022	Probiótico Composição: Saccharomyces Boulardii - 17, Concentração: 100 mg		Cápsula	19.600	S	-	-
288.	273135	Propatinitrato Dosagem: 10 mg		Comprimido	1.200	S	5%	10%
289.	448761	Propofol Concentração: 10 mg/mL, Forma Farmaceutica: Emulsão Injetável, Característica Adicional: Seringa Preenchida		Seringa 50 ML	1.000	N	5%	10%
290.	448762	Propofol Concentração: 20 mg/mL, Forma Farmaceutica: Emulsão Injetável, Característica Adicional: Seringa Preenchida		Seringa 50 ML	1.000	N	5%	10%
291.	305935	Propofol Dosagem: 10 mg/mL, Forma Farmacêutica: Emulsão Injetável		Ampola 10 ML	6.000	S	5%	10%
292.	305936	Propofol Dosagem: 20 mg/mL, Forma Farmacêutica: Emulsão Injetável		Frasco 50 ML	2.000	N	5%	10%

293.	267772	Propranolol Cloridrato Dosagem: 40 mg		Comprimido	3.200	S	5%	10%
294.	272362	Protamina Cloridrato Concentração: 1%, Apresentação: Solução Injetável		Ampola 5 ML	1.050	S	5%	10%
295.	405890	Protetor Solar Tipo Proteção: Uva/Uvb, Fator Proteção: Fator 60, Forma Farmacêutica: Loção Cremosa		Frasco 120 Mililitro	4.705	S	-	-
296.	269571	Proximetacaina Cloridrato Dosagem: 0,5%, Indicação: Colírio		Frasco 5 ML	210	S	5%	10%
297.	390007	Quetiapina Concentração: 200 mg, Forma Farmacêutica: Liberação Prolongada		Comprimido	1.200	S	5%	10%
298.	272832	Quetiapina Dosagem: 100 mg		Comprimido	3.000	S	5%	10%
299.	272831	Quetiapina Dosagem: 25 mg		Comprimido	6.500	S	5%	10%
300.	358123	Ranibizumabe Concentração: 10mg/ml, Forma Farmacêutica: Solução Injetável, Característica Adicional: C/Sistema De Aplicação		Frasco 0,23 ML	60	N	-	-
301.	268973	Remifentanila Cloridrato Dosagem: 2 mg, Apresentação: Injetável		Frasco-Ampola	2.000	S	5%	10%
302.	303292	Ringer Composição: Associado Com Lactato De Sódio, Forma Farmacêutica: Solução Injetável, Característica Adicional: Sistema Fechado		Frasco 500 ML	9.523	S	5%	10%
303.	362059	Rivastigmina Concentração: 27mg Equivalente a 13,3mg/Dia, Forma Farmaceutica: Adesivo Transdérmico		Sachê 1 Unidade	720	S	5%	10%
304.	362057	Rivastigmina Concentração: 9mg Equivalente a 4,6mg/Dia, Forma Farmaceutica: Adesivo Transdérmico		Sachê 1 Unidade	720	S	5%	10%
305.	268521	Rocurônio Brometo Dosagem: 10 mg/mL, Indicação: Solução Injetável		Frasco 5 ML	1.800	S	5%	10%
306.	269468	Ropivacaína Cloridrato Dosagem: 1%, Apresentação: Solução Injetável		Ampola 20 ML	1.000	S	5%	10%
307.	282881	Rosuvastatina Composição: Cálcica, Concentração: 10 mg		Comprimido	1.200	S	5%	10%
308.	423916	Rosuvastatina Composição: Cálcica, Concentração: 5 M		Comprimido	3.000	S	5%	10%
309.	294887	Salbutamol Dosagem: 100mcg/Dose, Forma Farmacêutica: Aerosol Oral		Frasco 200 (Doses)	1.410	S	5%	10%
310.	268299	Secnidazol Concentração: 1.000 mg		Comprimido	1.570	S	5%	10%
311.	617332	Seringa vazia para bomba aplicação: Compatível C/ Bomba Infusora, Material: Polipropileno, capacidade: Cerca 200ML		Unidade	200	S	-	-
312.	272365	Sertralina Cloridrato Dosagem: 50mg		Comprimido	1.700	S	5%	10%
313.	308877	Sevoflurano Forma Farmacêutica: Líquido Inalante		Frasco 100 ML	280	S	5%	10%
314.	408048	Somatropina Composição: Somatotrofina Humana Recombinante, Concentração: 36 UI, Forma Farmaceutica: Pó Liófilo P/ Injetável + Diluente, Característica Adicional: Com Aplicador		Frasco-Ampola	200	N	-	-
315.	371998	Sorbitol Concentração: 30 MG/ML, Forma Farmacêutica: Solução Estéril P/ Irrigação		Bolsa 3000 ML	1.000	S	5%	10%
316.	451492	Sufentanila Citrato Concentração: 5 mcg/mL, Forma Farmaceutica: Solução Injetável		Ampola 2 ML	1.000	S	5%	10%
317.	389863	Sugamadex Composição: Sal Sódico, Concentração: 100 mg/mL, Forma Farmacêutica: Solução		Frasco 2 ML	450	S	5%	10%

		Injetável						
318.	272089	Sulfadiazina, Princípio Ativo: De Prata, Dosagem: 1%, Indicação: Creme	Bisnaga 30 grama	3.200	S	5%	10%	
319.	308882	Sulfametoxazol Composição: Associado À Trimetoprima, Concentração: 400mg + 80mg	Comprimido	4.400	S	5%	10%	
320.	268075	Sulfato De Magnésio Concentração: 50%, Uso: Solução Injetável	Ampola 10 ML	6.000	S	5%	10%	
321.	268442	Suxametônio Cloreto Dosagem: 100 mg, Indicação: Injetável	Frasco-Ampola	1.200	S	5%	10%	
322.	268528	Teicoplanina Dosagem: 400 mg, Indicação: Injetável	Frasco-Ampola	1.811	S	5%	10%	
323.	448767	Tenecteplase Concentração: 50 mg, Forma Farmacêutica: Pó Liófilo P/ Injetável, Característica Adicional: Seringa Preenchida	Frasco-Ampola	20	N	-	-	
324.	272341	Tiamina Dosagem: 300 mg	Comprimido	1.000	S	-	-	
325.	331539	Tigeciclina Concentração: 50 mg, Forma Farmacêutica: Pó Liófilo P/ Injetável	Frasco-Ampola	730	S	5%	10%	
326.	292372	Toxina Botulínica Princípio Ativo: Tipo A, Dosagem: 100 U, Apresentação: Injetável.	Frasco-Ampola	100	S	-	-	
327.	292372	Toxina Botulínica Princípio Ativo: Tipo A, Dosagem: 100 U, Apresentação: Injetável. Estável a temperatura ambiente.	Frasco-Ampola	200	N	-	-	
328.	292382	Tramadol Cloridrato Dosagem: 50 mg/mL, Forma Farmacêutica: Solução Injetável	Ampola 1 ML	10.000	S	5%	10%	
329.	292382	Tramadol Cloridrato Dosagem: 50 mg/mL, Forma Farmacêutica: Solução Injetável	Ampola 2 ML	20.000	S	5%	10%	
330.	276948	Trazodona Cloridrato Dosagem: 50 mg	Comprimido	1.200	S	5%	10%	
331.	434445	Triancinolona Composição: Sal Hexacetona, Concentração: 20 mg/mL, Forma Farmacêutica: Suspensão Injetável	Frasco-Ampola	100	S	5%	10%	
332.	276393	Trometamol Composição: Sal Ceterolaco, Concentração: 0,5%, Apresentação: Solução Oftálmica	Frasco 5 ML	700	S	5%	10%	
333.	274561	Tropicamida Dosagem: 1%, Apresentação: Solução Oftálmica	Frasco 5 ML	1.030	S	5%	10%	
334.	328532	Valproato De Sódio Concentração: 50 mg/mL, Forma Farmacêutica: Xarope	Frasco 100 ML	500	S	5%	10%	
335.	268541	Vancomicina Cloridrato Dosagem: 1 G, Apresentação: Injetável	Frasco-Ampola	2.000	S	-	-	
336.	269569	Vecurônio Brometo Dosagem: 10 mg, Indicação: Injetável	Frasco-Ampola	500	S	5%	10%	
337.	429826	Vismodegibe Concentração: 150 M	Cápsula	280	N	5%	10%	
338.	274567	Vitaminas Do Complexo B Composição Básica: B1 + B6 + B12, Uso: Solução Injetável	Ampola 2 ML	2.500	S	-	-	
339.	368499	Vitaminas Do Complexo B Composição Básica: B1,B2,B3,B5,B6	Comprimido	4.100	S	-	-	
340.	605559	Zircônio Hidratado Composição: Ciclossilicato Sódico, Concentração: 5 G, Forma Farmacêutica: Pó Para Suspensão Oral	Sachê 5 Grama	720	S	5%	10%	
341.	616721	Metformina Cloridrato Composição: Associada À Dapagliflozina, Concentração: 1000 Mg + 5 MG, Forma Farmacêutica: Ação Prolongada	Comprimido	2.880	S	5%	10%	
342.	435951	Aflibercepte Concentração: 40 MG/ML, Forma Farmacêutica: Solução Injetável, Características Adicionais: C/ Sistema De Aplicação.	Frasco 278 Microlitro	10	S	-	-	

343.	268376	Cota Referente ao Item 11, reservada para ME/EPP em até 25%, regulamentada pela LC 147 de 07/08/2014, Art. 48, Inciso III. Albumina Humana Concentração: 20%, Uso: Injetável. Cota Referente ao Item 16, reservada para ME/EPP em até 25%, regulamentada pela LC 147 de 07/08/2014, Art. 48, Inciso III.	Frasco 50 ML	90	S	-	-
344.	449016	Alfaepoetina Concentração: 40.000 UI/ML, Forma Farmacêutica: Solução Injetável. Cota referente ao Item 18, reservada para ME/EPP em até 25%, regulamentada pela LC 147 de 07/08/2014, Art. 48, Inciso III.	Seringa	10	S	-	-
345.	436418	Alteplase Concentração: 50 mg, Forma Farmacêutica: Pó Liófilo P/ Injetável + Diluente. Cota Referente ao Item 19, reservada para ME/EPP em até 25%, regulamentada pela LC 147 de 07/08/2014, Art. 48, Inciso III.	Frasco-Ampola	5	S	-	-
346.	268394	Anfotericina B Dosagem: 50 mg, Características Adicionais: Liposomal, Aplicação: Injetável. Cota Referente ao Item 27, reservada para ME/EPP em até 25%, regulamentada pela LC 147 de 07/08/2014, Art. 48, Inciso III.	Frasco-Ampola	10	S	-	-
347.	432635	Carboximaltose Férrica Concentração: 50 Mg/ML De Ferro Iii, Forma Farmacêutica: Solução Injetável. Cota Referente ao Item 55, reservada para ME/EPP em até 25%, regulamentada pela LC 147 de 07/08/2014, Art. 48, Inciso III.	Ampola 10 ML	20	S	-	-
348.	456376	Ceftazidima Composição: Associado Ao Avibactam, Concentração: 2000 mg + 500 mg, Forma Farmacêutica: Injetável. Cota Referente ao Item 65, reservada para ME/EPP em até 25%, regulamentada pela LC 147 de 07/08/2014, Art. 48, Inciso III.	Frasco-Ampola	50	S	5%	10%
349.	455737	Ceftriaxona Composição: Associado Ao Tazobactam Sódico, Concentração: 1 G + 0,5 G, Forma Farmacêutica: Pó Liófilo P/ Injetável + Diluente. Cota Referente ao Item 66, reservada para ME/EPP em até 25%, regulamentada pela LC 147 de 07/08/2014, Art. 48, Inciso III.	Frasco-Ampola	100	S	5%	10%
350.	414435	Certolizumabe Pegol. Concentração: 200 mg. Forma Farmacêutica: Solução Injetável. Característica Adicional: Seringa Preenchida, Com Lenço Umedecido. Cota Referente ao Item 68, reservada para ME/EPP em até 25%, regulamentada pela LC 147 de 07/08/2014, Art. 48, Inciso III.	Seringa	7	S	-	-
351.	448699	Cloreto De Sódio Concentração: 0,9 %, Forma Farmacêutica: Solução Injetável. Cota Referente ao Item 90, reservada para ME/EPP em até 25%, regulamentada pela LC 147 de 07/08/2014, Art. 48, Inciso III.	Frasco 100 ML	9.000	S	-	-
352.	448699	Cloreto De Sódio Concentração: 0,9 %, Forma Farmacêutica: Solução Injetável. Cota Referente ao Item 91, reservada para ME/EPP em até 25%, regulamentada pela LC 147 de 07/08/2014, Art. 48, Inciso III.	Frasco 1000 ML	1000	S	-	-
353.	448699	Cloreto De Sódio Concentração: 0,9 %, Forma Farmacêutica: Solução Injetável.	Frasco 250 ML	2700	S	-	-

		Cota Referente ao Item 92, reservada para ME/EPP em até 25%, regulamentada pela LC 147 de 07/08/2014, Art. 48, Inciso III.					
354.	448699	Cloreto De Sódio Concentração: 0,9 %, Forma Farmaceutica: Solução Injetável. Cota Referente ao Item 93, reservada para ME/EPP em até 25%, regulamentada pela LC 147 de 07/08/2014, Art. 48, Inciso III.	Frasco 500 ML	5400	S	-	-
355.	373415	Daptomicina Concentração: 500 mg, Forma Farmacêutica: Pó Liófilo P/ Injetável. Cota Referente ao Item 107, reservada para ME/EPP em até 25%, regulamentada pela LC 147 de 07/08/2014, Art. 48, Inciso III.	Frasco-Ampola	50	S	5%	10%
356.	431717	Dexametasona Concentração: 0,7 mg, Forma Farmaceutica: Implante Oftálmico, Características Adicionais: C/ Sistema De Aplicação. Cota Referente ao Item 109, reservada para ME/EPP em até 25%, regulamentada pela LC 147 de 07/08/2014, Art. 48, Inciso III.	Conjunto	5	S	-	-
357.	448982	Enoxaparina Concentração: 100 mg/mL, Forma Farmaceutica: Solução Injetável, Características Adicionais 1: Seringa Preenchida. Cota Referente ao Item 133, reservada para ME/EPP em até 25%, regulamentada pela LC 147 de 07/08/2014, Art. 48, Inciso III.	Seringa 0,4 ML	450	S	-	-
358.	274149	Ertapenem Sódico Dosagem: 1 G, Apresentação: Injetável. Cota Referente ao Item 136, reservada para ME/EPP em até 25%, regulamentada pela LC 147 de 07/08/2014, Art. 48, Inciso III.	Frasco-Ampola	50	S	5%	10%
359.	602763	Escetamina Concentração: 50 mg/mL, Forma Farmacêutica: Solução Injetável. Cota Referente ao Item 137, reservada para ME/EPP em até 25%, regulamentada pela LC 147 de 07/08/2014, Art. 48, Inciso III.	Frasco 10 ML	100	S	-	-
360.	415181	Filme radiografico para Mamografia 25x30 cm - para impressão térmica a seco, compatível impressora modelo Drystar 5503 AGFA, caixa com 100(cent) películas. Cota Referente ao Item 163, reservada para ME/EPP em até 25%, regulamentada pela LC 147 de 07/08/2014, Art. 48, Inciso III.	Caixa 100 Unidade	30	S	-	-
361.	415184	Filme radiografico para Raio -X 28x35 cm - para impressão térmica a seco, compatível impressora modelo Drystar 5503 AGFA, caixa com 100 (cem) películas. Cota Referente ao Item 165, reservada para ME/EPP em até 25%, regulamentada pela LC 147 de 07/08/2014, Art. 48, Inciso III.	Caixa 100 Unidade	20	S	-	-
362.	415613	Filme radiografico para Raio -X 35x43 cm - para impressão térmica a seco, compatível impressora modelo Drystar 5503AGFA, caixa com 100 (cem) películas. Cota Referente ao Item 166, reservada para ME/EPP em até 25%, regulamentada pela LC 147 de 07/08/2014, Art. 48, Inciso III.	Caixa 100 Unidade	20	S	-	-
363.	458853	Guselcumabe Concentração: 100mg/ml, Forma Farmacêutica: Solução Injetável, Adicional: Seringa Preenchida.	Seringa 1 ML	2	S	-	-

		Cota Referente ao Item 185, reservada para ME/EPP em até 25%, regulamentada pela LC 147 de 07/08/2014, Art. 48, Inciso III.				
364.	448711	Hilano Composição: G-F 20, Concentração: 8 MG/ML, Forma Farmaceutica: Solução Injetável Intra-Articular, Características Adicionais: Seringa Preenchida. Cota Referente ao Item 195, reservada para ME/EPP em até 25%, regulamentada pela LC 147 de 07/08/2014, Art. 48, Inciso III.	Seringa 6 ML	36	S	-
365.	443644	Imunoglobulina Humana Tipo: Normal, Concentração: 50 MG/ML, Forma Farmaceutica: Solução Injetável. Cota Referente ao Item 197, reservada para ME/EPP em até 25%, regulamentada pela LC 147 de 07/08/2014, Art. 48, Inciso III.	Frasco 100 ML	5	S	-
366.	271154	Insulina Origem: Humana, Tipo: Regular, Dosagem: 100u/ML, Aplicação: Injetável. Cota Referente ao Item 199, reservada para ME/EPP em até 25%, regulamentada pela LC 147 de 07/08/2014, Art. 48, Inciso III.	Frasco 10 ML	60	S	5% 10%
367.	295856	Levonorgestrel Concentração: 52 mg, Características Adicionais: Sistema Intra-Uterino, Com Insetor. Cota Referente ao Item 214, reservada para ME/EPP em até 25%, regulamentada pela LC 147 de 07/08/2014, Art. 48, Inciso III.	Unidade	12	S	5% 10%
368.	268488	Meropenem Dosagem: 1 g, Apresentação: Injetável. Cota Referente ao Item 226, reservada para ME/EPP em até 25%, regulamentada pela LC 147 de 07/08/2014, Art. 48, Inciso III.	Frasco-Ampola	600	S	5% 10%
369.	268498	Metronidazol Dosagem: 5mg/mL, Apresentação: Solução Injetável. Cota Referente ao Item 241, reservada para ME/EPP em até 25%, regulamentada pela LC 147 de 07/08/2014, Art. 48, Inciso III.	Frasco 100 ML	500	S	-
370.	342981	Octreotida. Composição: Sal Acetato. Concentração: 30mg. Forma Farmaceutica: Pó Liófilo P/ Injetável. Característica Adicional: C/ Sistema de Aplicação. Cota Referente ao Item 265, reservada para ME/EPP em até 25%, regulamentada pela LC 147 de 07/08/2014, Art. 48, Inciso III.	Frasco-Ampola	4	S	-
371.	411397	Paliperidona Composição: Na Forma Palmitato, Concentração: 100 mg/ml, Forma Farmacêutica: Suspensão Injetável, Liberação Prolongada. Cota Referente ao Item 272, reservada para ME/EPP em até 25%, regulamentada pela LC 147 de 07/08/2014, Art. 48, Inciso III.	Seringa 0,75 ML	10	S	-
372.	411397	Paliperidona Composição: Na Forma Palmitato, Concentração: 100 mg/ml, Forma Farmacêutica: Suspensão Injetável, Liberação Prolongada. Cota Referente ao Item 273, reservada para ME/EPP em até 25%, regulamentada pela LC 147 de 07/08/2014, Art. 48, Inciso III.	Seringa 1 ML	10	S	-
373.	411397	Paliperidona Composição: Na Forma Palmitato, Concentração: 100 mg/ml, Forma Farmacêutica: Suspensão Injetável, Liberação Prolongada.	Seringa 1,5 ML	10	S	-

374.	483776	Cota Referente ao Item 274, reservada para ME/EPP em até 25%, regulamentada pela LC 147 de 07/08/2014, Art. 48, Inciso III. Paracetamol Concentração: 10 mg/mL, Forma Farmacêutica: Injetável. Cota Referente ao Item 277, reservada para ME/EPP em até 25%, regulamentada pela LC 147 de 07/08/2014, Art. 48, Inciso III.	Bolsa 100 ML	350	S	5%	10%
375.	271725	Piperacilina Composição: Associada Com Tazobactama, Concentração: 4g + 500mg, Aplicação: Injetável. Cota Referente ao Item 282, reservada para ME/EPP em até 25%, regulamentada pela LC 147 de 07/08/2014, Art. 48, Inciso III.	Frasco-Ampola	1000	S	-	-
376.	434252	Pirfenidona. Concentração: 267mg. Cota Referente ao Item 283, reservada para ME/EPP em até 25%, regulamentada pela LC 147 de 07/08/2014, Art. 48, Inciso III.	Cápsula	324	S	-	-
377.	448761	Propofol Concentração: 10 mg/mL, Forma Farmacêutica: Emulsão Injetável, Característica Adicional: Seringa Preenchida. Cota Referente ao Item 289, reservada para ME/EPP em até 25%, regulamentada pela LC 147 de 07/08/2014, Art. 48, Inciso III.	Seringa 50 ML	100	S	-	-
378.	448762	Propofol Concentração: 20 mg/mL, Forma Farmacêutica: Emulsão Injetável, Característica Adicional: Seringa Preenchida. Cota Referente ao Item 290, reservada para ME/EPP em até 25%, regulamentada pela LC 147 de 07/08/2014, Art. 48, Inciso III.	Seringa 50 ML	100	S	5%	10%
379.	305936	Propofol Dosagem: 20 mg/mL, Forma Farmacêutica: Emulsão Injetável. Cota Referente ao Item 292, reservada para ME/EPP em até 25%, regulamentada pela LC 147 de 07/08/2014, Art. 48, Inciso III.	Frasco 50 ML	200	S	5%	10%
380.	358123	Ranibizumabe Concentração: 10mg/ml, Forma Farmacêutica: Solução Injetável, Característica Adicional: C/Sistema De Aplicação. Cota Referente ao Item 300, reservada para ME/EPP em até 25%, regulamentada pela LC 147 de 07/08/2014, Art. 48, Inciso III.	Frasco 0,23 ML	10	S	-	-
381.	408048	Somatropina Composição: Somatotrofina Humana Recombinante, Concentração: 36 UI, Forma Farmacêutica: Pó Liófilo P/ Injetável + Diluente, Característica Adicional: Com Aplicador. Cota Referente ao Item 314, reservada para ME/EPP em até 25%, regulamentada pela LC 147 de 07/08/2014, Art. 48, Inciso III.	Frasco-Ampola	20	S	-	-
382.	448767	Tenecteplase Concentração: 50 mg, Forma Farmacêutica: Pó Liófilo P/ Injetável, Característica Adicional: Seringa Preenchida. Cota Referente ao Item 323, reservada para ME/EPP em até 25%, regulamentada pela LC 147 de 07/08/2014, Art. 48, Inciso III.	Frasco-Ampola	2	S	-	-
383.	292372	Toxina Botulínica Princípio Ativo: Tipo A, Dosagem: 100 U, Apresentação: Injetável. Estável a	Frasco-Ampola	20	S	5%	10%

		temperatura ambiente. Cota Referente ao Item 327, reservada para ME/EPP em até 25%, regulamentada pela LC 147 de 07/08/2014, Art. 48, Inciso III.					
384.	429826	Vismodegibe Concentração: 150 M. Cota Referente ao Item 337, reservada para ME/EPP em até 25%, regulamentada pela LC 147 de 07/08/2014, Art. 48, Inciso III.	Cápsula	28	S	-	-

Estimativas de consumo individualizadas do Hospital Geral de Fortaleza e órgãos participantes:

Quantitativo – Gerenciador e Participantes																			
Item	H Ge F			CMF			10ºDSUP			Base Adm			10º RM			ERN NATAL			TOTAL
	Total	Mín Emp.	Máx Emp.	Total	Mín Emp.	Máx Emp.	Total	Mín Emp.	Máx Emp.	Total	Mín Emp.	Máx Emp.	Total	Mín Emp.	Máx Emp.	Total	Mín Emp.	Máx Emp.	
1.	2.000	200	1000	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	40	10	20	2.040
2.	5.000	500	2500	200	50	200	2000	1999	2000	0	0	0	500	200	500	1200	300	600	8.900
3.	3.000	300	1500	250	50	250	0	0	0	0	0	0	0	0	0	600	150	300	3.850
4.	1.000	100	500	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	100	25	50	1.100
5.	200	20	100	50	10	50	0	0	0	0	0	0	0	0	0	100	25	50	350
6.	6.000	600	3000	0	0	0	3000	2999	3000	0	0	0	0	0	0	2500	625	1250	11.500
7.	6.000	600	3000	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	6.000
8.	2.000	200	1000	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1500	375	750	3.500
9.	200	20	100	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	200
10.	1.000	100	500	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	100	25	50	1.100
11.	100	10	50	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	100
12.	135.000	13.500	67.500	300	50	300	10000	9999	10000	0	0	0	500	200	500	120.863	30.216	60.432	266.663
13.	5.000	500	2500	150	50	150	0	0	0	200	50	200	0	0	0	0	0	0	5.350
14.	5.000	500	2500	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	755	189	378	5.755
15.	1.000	100	500	200	50	200	5000	4999	5000	400	150	400	0	0	0	200	50	100	6.800
16.	900	90	450	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1300	325	650	2.200
17.	2.000	200	1000	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2.000
18.	100	10	50	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	100
19.	50	5	25	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	30	8	15	80
20.	500	50	250	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	400	100	200	900
21.	2.000	200	1000	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1000	250	500	3.000
22.	1.200	120	600	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	500	125	250	1.700
23.	1.200	120	600	300	100	300	0	0	0	5000	1000	5000	500	200	500	0	0	0	7.000
24.	2.000	200	1000	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	300	75	150	2.300

Órgão Participante: 10º Depósito de Suprimentos/MD-CE, UASG 160049, em Fortaleza – Endereço: Rua Marechal Bittencourt nº 100, Dias Macêdo, CEP 60.860-540, Fortaleza-CE / Telefone: (85) 3295-1411, horário: dias úteis, das 09:00h às 11:00h e das 13:30h às 16:00h, de segunda a quinta-feira e das 8 horas às 11:30 horas, nas sextas-feiras.


Órgão Participante: Base Administrativa da Guarnição de Fortaleza/MD-CE, UASG 160045 – Endereço da Base Adm da Gu Fortaleza (FGT): Avenida Luciano Carneiro nº 840, Bairro de Fátima, CEP 60.411-134, Fortaleza-CE / Telefone: (85) 3403-7427. Endereço do 23º Batalhão de Caçadores: Av. Treze de Maio nº 1589, Fátima, CEP 60.040-431, Fortaleza-CE, horário: das 8 horas às 11h30 e das 13 horas às 16:30h horas, de segunda a quinta e das 8 horas às 12 horas nas sextas-feiras.

Órgão Participante: Colégio Militar de Fortaleza/MD-CE, UASG 160046 – Endereço: Avenida Santos Dumont nº 485, Aldeota, CEP 60.150-160, Fortaleza-CE / Telefone: (85) 4042-9422, horário de entrega: dias úteis, no horário entre 07:30 às 16:00 horas, de segunda a quinta-feira e, na sexta-feira, das 07:30 horas às 11:30 horas.

Órgão Participante: Hospital Dr. José Pedro Bezerra, UASG 925778 – Endereço: Rua Araquari, s/n, conjunto Santa Catarina, Bairro Potengi, CEP 59.110-390, Natal-RN (Obs: a entrega será realizada na Central de Abastecimento Farmacêutico e o acesso é realizado pela parte de trás do hospital). Horário de entrega do material ou execução dos serviços: 08:00 às 17:00 de segunda a sexta-feira, exceto feriados.

Datado e assinado eletronicamente.

HOSPITAL GERAL DE FORTALEZA

Documento assinado digitalmente
 **JOSE MATEUS NEGRAO NOGUEIRA**
Data: 06/05/2026 14:50:27-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

JOSÉ MATEUS NEGRÃO NOGUEIRA – CEL R/1 PTTC
Chefe da Seção de Aquisições, Licitações e Contratos

Anexo II do Edital:

Minuta da Ata de Registro de Preços

HOSPITAL GERAL DE FORTALEZA/MEX - CE

Ata de Registro de Preços 3/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
3/2026	160050-HOSPITAL GERAL DE FORTALEZA/MEX - CE	DAIANE CRISTINA PONTES FLORIANO	04/05/2026 14:59 (v 0.4)
Status	CONCLUIDO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo		64579.012428/2025-08

1. DO OBJETO

ANEXO II

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
HOSPITAL GERAL DE FORTALEZA
(Hospital Militar de Fortaleza / 1942)

HOSPITAL CAPITÃO MÉDICO METON DE ALENCAR

Ata de Registro de Preços nº XXXXX/2026

Processo Administrativo Nº: 64579.012428/2025-08

O HOSPITAL GERAL DE FORTALEZA (H Ge F), com sede na Avenida Desembargador Moreira no 1500, bairro Aldeota, na cidade de Fortaleza-CE, inscrito no CNPJ/MF sob o no, neste ato representado(a) pela pelo(a) – Ordenador de Despesas do Hospital Geral de Fortaleza, de conformidade com o ato designativo publicado no Boletim Especial no, de ... de de.... , considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica , para REGISTRO DE PREÇOS no /202..., publicada no de/...../202....., processo administrativo nº **64579.012428/2025-08**, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade (s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei no 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.o 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual aquisição de medicamentos e material de consumo de uso médico-hospitalar, especificado no Termo de Referência, anexo 1 do edital de licitação, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item , fornecedor (es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Grupo	Item do TR	Especificação	Marca / Fabricante	Unid	Quantitativo H Ge F – UASG 160050			Vr Un R\$	Prazo garantia ou validade
					Quant. Total	Quant. mín. Emp.	Quant. máx. Emp.		
-	-	-	-	-	-	-	-	-	Conf. edital

Grupo	Item do TR	Especificação	Marca / Fabricante	Unid	Quantitativo Base Adm – UASG 160045			Vr Un R\$	Prazo garantia ou validade
					Quant. Total	Quant. mín. Emp.	Quant. máx. Emp.		
									Conf. edital
									Conf. edital

Grupo	Item do TR	Especificação	Marca / Fabricante	Unid	Quant. 10°DSUP – UASG 160049			Vr Un R\$	Prazo garantia ou validade
					Quant. Total	Quant. mín. Emp.	Quant. máx. Emp.		
									Conf. edital
									Conf. edital

Grupo	Item do TR	Especificação	Marca / Fabricante	Unid	Quantitativo 10°RM – UASG 160047			Vr Un R\$	Prazo garantia

					Quant. Total	Quant. mín. Emp.	Quant. máx. Emp.		ou validade
									Conf. edital
									Conf. edital

Grupo	Item do TR	Especificação	Marca / Fabricante	Unid	Quant. CMF – UASG 160046			Vr Un R\$	Prazo garantia ou validade
					Quant. Total	Quant. mín. Emp.	Quant. máx. Emp.		
									Conf. edital
									Conf. edital

Grupo	Item do TR	Especificação	Marca / Fabricante	Unid	Hospital Dr. José Pedro Bezerra UASG: 925778			Vr Un R\$	Prazo garantia ou validade
					Quant. Total	Quant. mín. Emp.	Quant. máx. Emp.		
									Conf. edital
									Conf. edital

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

3.1. O órgão gerenciador será o (a) Hospital Geral de Fortaleza.

3.1.1. **Órgão Gerenciador: Hospital Geral de Fortaleza/MD-CE, UASG 160050** – Av. Desembargador Moreira nº 1500,Aldeota, CEP 60.170-001, Fortaleza-CE / Telefone: (85) 3255-1666, horário de entrega: dias úteis, das 8 horas às 12 horas e das 13:30 horas às 15:30 horas, de segunda a quinta e das 8 horas às 12 horas, nas sextas-feiras.

3.2. Além do gerenciador, são órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços:

3.2.1. **Órgão Participante: Comando da 10ª Região Militar, UASG 160047** – Endereço: Avenida Alberto Nepomuceno, s/nº, Centro, CEP 60.055-000, Fortaleza-CE / Telefone (85) 3255-1663, horário de entrega: dias úteis, das 9:00 horas às 11:30 horas e das 13:00 horas às 16:00 horas, de segunda a quinta-feira e das 8 horas às 11:30 horas nas sextas-feiras.

3.2.2. Órgão Participante: 10º Depósito de Suprimentos/MD-CE, UASG 160049, em Fortaleza – Endereço: Rua Marechal Bittencourt nº 100, Dias Macêdo, CEP 60.860-540, Fortaleza-CE / Telefone: (85) 3295-1411, horário: dias úteis, das 9:30 horas às 16:00 horas, de segunda a quinta-feira e das 8 horas às 11:30 horas, nas sextas-feiras, mediante prévio contato com o Chefe do Depósito Classe VIII. Através do e-mail: cos@10dsup.eb.mil.br .

3.2.3. Órgão Participante: Base Administrativa da Guarnição de Fortaleza/MD-CE, UASG 160045 –Endereço da Base Adm da Gu Fortaleza (FGT): Avenida Luciano Carneiro nº 840, Bairro de Fátima, CEP 60.411-134, Fortaleza-CE / Telefone: (85) 3403-7427. Endereço do 23º Batalhão de Caçadores: Av. Treze de Maio nº 1589, Fátima, CEP 60.040-431, Fortaleza-CE, horário: das 8 horas às 11h30 e das 13 horas às 16:30h horas, de segunda a quinta e das 8 horas às 12 horas nas sextas-feiras.

3.2.4. Órgão Participante: Colégio Militar de Fortaleza/MD-CE, UASG 160046 – Endereço: Avenida Santos Dumont nº 485, Aldeota, CEP 60.150-160, Fortaleza-CE / Telefone: (85) 4042-9422, horário de entrega: dias úteis, de 2a às 5a feiras, das 07:30 às 11:30 e das 13:30 às 15:30hs, e às 6a feiras, das 07:30 às 11:30hs, mediante prévio contato com o Fiscal Administrativo pelo telefone: (85) 4042.9422.

3.2.5. Órgão Participante: Hospital Dr. José Pedro Bezerra, UASG 925778 – Endereço: Rua Araquari, s/n, conjunto Santa Catarina, Bairro Potengi, CEP 59.110-390, Natal-RN (Obs: a entrega será realizada na central de Abastecimento Farmacêutico e o acesso é realizado pela parte de trás do hospital). Horário de entrega do material ou execução dos serviços: 08:00 às 17:00 de segunda a sexta-feira, exceto feriados

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

4.1.1. apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

4.1.2. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

4.1.3. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

4.2. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

4.1.1. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

4.3. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

4.4. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

4.5 O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.

Dos limites para as adesões

4.6. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

4.7. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

4.8. Para aquisição emergencial de medicamentos e material de consumo médico-hospitalar por órgãos e entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal, a adesão à ata de registro de preços gerenciada pelo Ministério da Saúde não estará sujeita ao limite previsto no item 4.6.

4.9. A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 4.6, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.

Vedação a acréscimo de quantitativos

4.10. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.1.1. A prorrogação da validade da ata de registro de preços importará na renovação do quantitativo registrado, sem a soma do quantitativo eventualmente não utilizado no primeiro ano de vigência e observado o disposto no art. 23 do Decreto nº 11.462, de 2023.

5.1.2. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.3. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4. Após a homologação da licitação, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela;

5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

5.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

5.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.

5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital e

5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.

5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital poderá:

5.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3. Na hipótese de previsão no edital de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciar negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

8.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

8.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

8.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

8.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023].

8.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

8.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

8.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de

preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

9.4.1. Por razão de interesse público;

9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

10. DAS PENALIDADES

10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.

10.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente[A1] após terem assinado a ata.

10.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

10.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11. CONDIÇÕES GERAIS

11.1 As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo ao edital.

11.2. As questões decorrentes da utilização da presente Ata de Registro de Preços que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21, serão processadas e julgadas na Justiça Federal, Seção Judiciária do Ceará, subseção judiciária de Fortaleza.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 1 (uma) via de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e disponibilizada no Portal Nacional de Contratações Públicas/PNCP - Contratações/Atas de Registro de Preços

Local e data

Assinaturas

12. ANEXO

Anexo

Cadastro Reserva

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que aceitaram cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário:

Item do TR	Fornecedor <i>[razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante]</i>							
X	Especificação	Marca <i>(se exigida no edital)</i>	Modelo <i>(se exigido no edital)</i>	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Unitário	Prazo garantia ou validade

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:

Item do TR	Fornecedor <i>[razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante]</i>							
X	Especificação	Marca <i>(se exigida no edital)</i>	Modelo <i>(se exigido no edital)</i>	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Unitário	Prazo garantia ou validade

13. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

JOSE MATEUS NEGRAO NOGUEIRA

Chefe da Seção de Aquisições, Licitações e Contratos do HGEF

Anexo III do Edital:

Modelo da Proposta de Preços

ANEXO III – Modelo de Proposta de Preços
(PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)

PROPOSTA DE PREÇOS

Ao. Sr Pregoeiro do Hospital Geral de Fortaleza

Referência: PREGÃO ELETRÔNICO SRP nº 90006/2026-H Ge F

NUP: 64579.012428/2025-08

Prezado Senhor,

(Razão social da empresa) _____ com sede/endereço na cidade de _____, à (rua, avenida etc), _____, nº _____, inscrição no CNPJ sob nº _____, neste ato representado (a) por _____, abaixo assinado (a), propõe ao HOSPITAL GERAL DE FORTALEZA, a prestação dos serviços abaixo indicado(s), conforme Termo de Referência do Edital em epígrafe, nas seguintes condições:

Item do TR	Fornecedor (razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)					
	Especificação	Unid	Quant	Valor Unit R\$	Valor total R\$	Prazo garantia ou validade
X	Descrição detalhada do objeto					Conf. edital
X	Descrição detalhada do objeto					Conf. edital

Valor Total da Proposta – R\$ 0,00 (por extenso)

OBSERVAÇÕES:

Prazo de entrega do Objeto: conforme Edital.

Prazo de validade da proposta: Conforme Edital.

(Declaração de que realizará o serviço sem ônus adicional para o Hospital Geral de Fortaleza, obedecendo aos prazos, e que em caso de não aceitação do serviço fará as substituições sem qualquer ônus para a Contratante).

(nome do banco, o código da agência e o número da conta-corrente da empresa, para efeito de pagamento).

Caso nos seja adjudicado o objeto da presente licitação, nos comprometemos a assinar a Ata de Registro de Preços no prazo determinado no Edital, indicado para esse fim o Sr. _____, _____ (função na empresa), como responsável/representante legal desta empresa.

Finalizando, declaramos que estamos de pleno acordo com todas as condições estabelecidas no Edital e seus anexos.

Local e data.

Responsável ou Representante Legal
e-mail